



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Manual de Campanha

POLÍCIA

POLÍCIA DO EXÉRCITO

REVOCADO

1ª Edição
1966

REVOGADO

C 19-5



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Manual de Campanha

POLÍCIA

POLÍCIA DO EXÉRCITO

**1ª Edição
1966**

Preço: R\$

CARGA

EM.....

REVOGADO

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
DIRETORIA DE INSTRUÇÃO DO EXÉRCITO**

Rio de Janeiro, GB Em 8 Nov 66

PORTARIA Nº 468-GB

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 3 do artigo 4º do Regulamento para Publicações do Exército (R-150/59), aprova e manda pôr em execução o Manual de Campanha C 19-5, POLÍCIO DO EXÉRCITO. 1ª. edição de 1966, elaborado pela Diretoria de Instrução do Exército.

(a) Marechal R/1 ADEMAR DE QUEIROZ

Ministro de Estado dos Negócios da Guerra

CONFERE:

Gen Bda ALCYR D'AVILA MELLO

Diretor de Instrução do Exército

REVOGADO

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

CAPÍTULO 1	INTRODUÇÃO E HISTÓRICO	Par	Pág
ARTIGO I	INTRODUÇÃO		
	Finalidade e Objetivos	1	1
	A Polícia do Exército	2	1
ARTIGO II	HISTÓRICO		
	Histórico da Polícia do Exército	3	2
CAPÍTULO 2	A POLÍCIA DO EXÉRCITO - OUTRAS ORGANIZAÇÕES DE POLÍCIA		
ARTIGO I	PESSOAL		
	O chefe de Polícia das Grandes Unidades ..	4	2
	O Comandante de Unidade de Polícia do Exército	5	3
	O Soldado de Polícia do Exército (PE)	6	3
ARTIGO II	NORMAS DE CONDUTA		
	Generalidades	7	3
	Normas pessoais	8	4
	Apresentação pessoal	9	7
ARTIGO III	UNIFORME E EQUIPAMENTO		
	Uniforme	10	7
	Equipamentos	11	7
ARTIGO IV	UNIDADES E INSTALAÇÕES		
	Unidades de Polícia do Exército	12	9
	Instalações operacionais	13	9
ARTIGO V	OUTRAS ORGANIZAÇÕES DE POLÍCIA		
	Generalidades	14	11
	Outras organizações das Forças Armadas ..	15	11
	Organizações Federais civis	16	11
	Organizações Estaduais	17	11
CAPÍTULO 3	JURISDIÇÃO E AUTORIDADES		
ARTIGO I	JURISDIÇÃO MILITAR		
	Conceituação	18	13
	Jurisdição Militar - Âmbito	19	13
	Conceituação dos Atos Legislativos	20	13

	Par	Pág
	Organização Judiciária Militar	21 14
	Justiça Civil	22 15
	Jurisdição Concomitante	23 16
ARTIGO II	AUTORIDADE MILITAR	
	Fundamento da Autoridade	24 16
	Autoridade sobre pessoas e áreas	25 16
	Poderes para prender	26 17
	Autoridade para investigar e apreender ...	27 18
	Revista autorizada	28 18
	Apreensão autorizada de propriedades ...	29 19
	Limitações de autoridade	30 19
CAPÍTULO 4	DEVERES DO PE	
ARTIGO I	OBDIÊNCIA ÀS LEIS	
	Generalidades	31 21
	Execução	32 21
ARTIGO II	RELAÇÕES PÚBLICAS E SERVIÇOS	
	DA POLÍCIA DO EXÉRCITO	
	Relações Públicas	33 22
	Serviços	34 22
ARTIGO III	POSTOS FIXOS E PATRULHAS DA	
	POLÍCIA DO EXÉRCITO	
	Generalidades	35 23
	Patrulhas da Polícia do Exército	36 23
	Patrulhas a pé	37 24
	Patrulhas motorizadas	38 25
	Patrulhas especiais	39 25
	Patrulhas com pessoal das Forças	
	Auxiliares	40 26
	Postos fixos	41 27
ARTIGO IV	PREVENÇÃO AO CRIME	
	Generalidades	42 27
	Atividades de prevenção ao crime	43 27
	Combate ao Vício	44 28
	Relatório de Observações	45 29

		Par	Pág
ARTIGO V	PRISÃO, REPRESSÃO		
	Generalidades	46	29
	Quando prender	47	29
	Auxílio na identificação de Suspeitos	48	30
	Aproximação	49	31
	Interrogatório preliminar	50	34
	Ordens por Voz	51	34
	Detenção para interrogatório	52	35
	Uso da Força	53	35
	Uso de algemas	54	38
	Revista de pessoas sob custódia	55	40
	Transporte e Localização de pessoas sob custódia	56	43
	Detenção temporária	57	44
	Prisão, revista, escolta e detenção de militares	58	44
	Direito das pessoas interrogadas sob custódia	59	45
	Menagem	60	45
	Prisão	61	46
ARTIGO VI	CADERNO DE ANOTAÇÕES E RELATÓRIOS		
	Fonte de informações	62	46
	Uso do caderno de anotações	63	46
	Finalidade dos relatórios	64	47
	Preparação de relatórios	65	48
ARTIGO VII	ASSISTÊNCIA A INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS		
	Generalidades	66	48
	Assistência	67	48
ARTIGO VIII	INVESTIGAÇÃO DE OCORRÊNCIAS		
	Generalidades	68	49
	Provas	69	50
	Interrogatório de pessoas	70	50
	Declarações por escrito	71	50
	Prisão	72	50
	Preparação de um relatório	73	50

		Par	Pág
ARTIGOIX	TESTEMUNHAS EM TRIBUNAIS OU CONSELHOS DE JUSTIÇA		
	Preparação	74	51
	Comportamento	75	51
	Procedimento ao testemunhar	76	51
	Emprego da caderneta de assentamentos ..	77	51
ARTIGOX	CONTROLE DE TRÂNSITO PELA PE		
	Definição	78	52
	Necessidade do controle de trânsito	79	52
	Deveres do Policial do Exército	80	52
ARTIGOXI	CONTROLE DE EXTRAVIADOS E CIRCULAÇÃO		
	Extraviados	81	53
	Categoria de extraviados	82	53
	Organizações para extraviados	83	53
	Equipamento dos postos	84	54
	Técnicas de detenção de extraviados	85	54
	Reunião de extraviados	86	55
	Processamento dos extraviados	87	55
	Controle da circulação de pessoas	88	56
ARTIGOXII	PROCESSAMENTO DE PESSOAL INIMIGO, DE DESLOCADOS E DE REFUGIADOS		
	Generalidades	89	56
	Prisioneiros de Guerra	90	56
	Retidos	91	57
	Internados civis	92	57
	Deslocados e refugiados	93	57
ARTIGOXIII	SEGURANÇA FÍSICA E PROTEÇÃO DE PESSOAS		
	Definição	94	57
	Execução	95	57
	Patrulhas de Segurança em áreas de ocupação	96	58
	Proteção de pessoas	97	58
	Proteção a Fazenda Nacional	98	59
	Proteção de bens particulares	99	59

ARTIGO XIV	DISTÚRBIOS E CALAMIDADES PÚBLICAS	
	Conceituações	100 60
	Controle de distúrbios	101 60
	Calamidade pública	102 61
	Controle de danos	103 62
	Ações de emergência	104 62
CAPÍTULO 5	PRESOS MILITARES	
	Definições	105 65
	Guarda de presos militares	106 66
	Transportes de presos militares	107 68
	Movimentação, transporte, tratamento e guarda de prisioneiros femininos	108 80
	Execução	109 80
CAPÍTULO 6	DEFESA PESSOAL SEM ARMAS	
	Generalidades	110 81
	Treinamento	111 81
	Princípios fundamentais da defesa	
	Pessoal sem armas	112 81
	Medidas de defesa	113 82
	Quedas de proteção	114 86
	Golpe de condução	115 88
CAPÍTULO 7	COMUNICAÇÕES	
	Necessidade das comunicações	116 93
	Meios de comunicações	117 93
	Segurança das comunicações	118 93
	Indicativos rádio	119 94
	Transmissões via rádio	120 94
	Alfabeto fonético	121 95

REVOGADO

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO E HISTÓRICO

ARTIGO I

INTRODUÇÃO

1. FINALIDADE E OBJETIVOS

Este Manual contém informações relativas à missão, autoridade, responsabilidade, deveres e equipamentos da Polícia do Exército, e uma breve referência a sua história. Inclui, também, matéria relativa as atividades de planejamento, as atividades especiais e aos registros de um Posto Central de Polícia do Exército, indicações sobre outras organizações, militares e civis, cujas atividades são interdependentes das da Polícia do Exército e, finalmente, discussão sobre métodos e processos de ações específicas.

2. A POLÍCIA DO EXÉRCITO

A Polícia do Exército é um serviço administrativo do Exército Brasileiro, porém seus integrantes devem estar preparados para combater como infantes, quando a situação assim o exigir. A sua finalidade e suas principais missões são as seguintes:

a. Finalidade — A Polícia do Exército tem a função precípua de apoiar operações de combate, assegurando a manutenção da disciplina e o cumprimento das leis, ordens e regulamentos militares, até mesmo fora do âmbito do Exército, quando tornar-se necessário.

b. Missões — As principais missões desempenhadas pela Polícia da Exército são:

- (1) Assegurar o respeito à lei, ordens e regulamentos militares.
- (2) Prevenção ao crime e efetuar investigações normais no âmbito do Exército.
- (3) Custodiar, administrar e processar prisioneiros militares.
- (4) Controlar o trânsito.
- (5) Prender desertores e prisioneiros foragidos.
- (6) Controlar a circulação de pessoas
- (7) Encarregar-se de prisioneiros de guerra inimigos e internados ci.
- (8) Prover a segurança de instalações.
- (9) Combater como Infantaria, quando a situação assim o exigir.

ARTIGO II

HISTÓRICO

3. HISTÓRICO DA POLÍCIA DO EXÉRCITO

A Polícia do Exército, organização de elite que tantos serviços tem prestado ao Exército Brasileiro teve início a 6 de dezembro de 1943, com a criação do Pelotão de Polícia Militar da 1ª. Divisão de Infantaria, que seguiu para a Europa, integrando o 1º Escalão da Força Expedicionária Brasileira, onde escreveu na guerra, páginas heróicas. Como atuação destacada do Pelotão de Polícia em campanha, pode-se citar o restabelecimento das comunicações telegráficas na Ponte de SILLA, a despeito do intenso e continuado bombardeio sobre aquele local bem como a 18 de dezembro de 1944, o comportamento heróico e exemplar, durante o bombardeio aéreo sobre a localidade de "PORRETA THERME".

A 10 de maio de 1945, em face dos pesados encargos atribuídos ao Pelotão de Polícia, foi o mesmo transformado em Companhia de Polícia. Com este efetivo, ampliou-se a atuação da Unidade, culminando com o brilhantismo e eficiência com que todo o efetivo se empenhou, tanto na captura de prisioneiros, quanto na evacuação da 148a. Divisão Alemã, nas regiões de "FORNOVO DE TARO, COLLECHIO E PARMA". A 6 de agosto de 1947, a Cia de Polícia Militar passou a denominar-se 1º. Cia de Polícia do Exército, a qual atingiu alto grau de prestígio e eficiência, projetando-se significativamente no seio do Exército, da população e autoridades civis. Em consequência do aumento considerável de encargos, tornou-se necessária uma nova alteração de efetivo, sendo então criado, a 4 Abr 51, o 1º Batalhão de Polícia do Exército, que a partir de 19 Fev 64, passou a denominar-se "BATALHÃO MARECHAL ZENÓBIO DA COSTA", numa justa homenagem ao grande chefe militar que deu tudo de si em prol da Unidade.

Em face dos relevantes serviços prestados por esta Unidade, e como decorrência da necessidade dos chefes militares disporem de Unidades de elite, para o policiamento militar, foram se originando outras Unidades de Polícia do Exército, Batalhões, Companhias e Pelotões, que através de todo o território nacional, asseguram a manutenção da ordem e o cumprimento das leis e regulamentos militares.

*
* * *
*

CAPITULO 2

A POLÍCIA DO EXÉRCITO — OUTRAS ORGANIZAÇÕES DE POLÍCIA

ARTIGO I

PESSOAL

4. O CHEFE DE POLÍCIA DAS GRANDES UNIDADES

O Chefe de Polícia das grandes Unidades é o Oficial do Estado-Maior Especial, que serve como assessor do Comandante nos assuntos pertinentes à Polícia do Exército e que supervisiona, orienta e assiste a Polícia do Exército na execução de suas missões.

5. O COMANDANTE DE UNIDADE DE POLÍCIA DO EXÉRCITO

O Comandante de uma Unidade de Polícia do Exército supervisiona a administração, a instrução e o emprego da mesma, e, é o responsável pelo cumprimento das missões que lhe forem afetas.

6. O POLÍCIA DO EXÉRCITO (PE) (Fig 1)

Muitas das instruções contidas neste manual são específicas. No entanto, como as medidas coercitivas relacionam-se com pessoas e não com objetivos, elas não poderão ser prescritas para cada situação particular e será necessário ajustar os processos usados ao comportamento humano. Isto requer do PE uma certa dose de iniciativa e habilidade pessoal para solução de cada situação. Somente assim o PE poderá assegurar a dignidade, a estima e a segurança de seus companheiros de farda e satisfazer as necessidades de sua Unidade, do Exército e do Brasil.

ARTIGO II

NORMAS DE CONDUTA

7. GENERALIDADES

O PE, através de sua conduta e aparência pessoal, tanto em serviço como de folga, deve evidenciar alto padrão de disciplina militar. A autoridade que lhe é delegada importa em tal responsabilidade que de sua apresentação e atuação dependem o respeito que lhe é devido pela tropa sobre a qual exerce sua autoridade,

bem como, a dignidade, prestígio e autoridade do comandante que lhe confiou a missão. Todo membro da Polícia do Exército que cometer uma falta cuja natureza o torne incompatível com o exercício de sua função, terá sua QM mudada e será reclassificado.

8. NORMAS PESSOAIS

a - **Generalidades** — O PE deverá observar algumas normas que servirão para aumentar a eficiência do serviço, e manter um elevado espírito de Corpo.



Figura 1. O Polícia do Exército

(1) **Em serviço** — Deverá demonstrar disciplina, boa apresentação e a conduta militar que se espera de todos os soldados; agir com firmeza, tato e autoconfiança; ser ponderado ao fazer cumprir a lei, as ordens e regulamentos militares; ser prestativo com todas as pessoas e não fazer distinção de raça, côr, credo, sexo e amizade; fornecer indicações corretamente com desembaraço e dignidade. Quando for necessário agir, deverá fazê-lo sem hesitação.

(2) Fora do serviço — Quando não estiver de serviço, o PE se encontrará nas mesmas condições dos demais membros das Forças Armadas, e portanto terá as mesmas obrigações de respeito às leis, ordens e regulamentos militares. Sua conduta deve ser tal que, ao ser designado para um serviço, estará sempre em condições de realizá-lo com eficiência. Contatos com pessoas de caráter duvidoso quase sempre resultam em dificuldades e refletem desfavoravelmente sobre o prestígio do PE.

b. Cortesia — A cortesia militar é sempre conveniente. A cortesia no trato com pessoas, é uma das práticas mais úteis ao Policial do Exército. É como óleo sobre águas turbulentas — acalma e ameniza sentimentos exaltados.

c. Exercício da Autoridade — O PE deve assumir a autoridade que lhe for delegada, e corresponder a confiança nele depositada, e agindo imparcial, racional e firmemente, de forma a preservar sempre o princípio da autoridade militar.

d. Atenção ao Serviço — As missões de policiamento atribuídas aos membros da Polícia do Exército requerem inteira atenção na sua execução. Por isso mesmo devem cuidar-se para que não venham a ser acusados de negligência na ação e que suas atividades não resultem em descrédito para as Forças Armadas. Comportamento impróprio, tal como fumar em serviço e manter conversa desnecessária durante o cumprimento de uma missão, afeta a eficiência do serviço e deve ser evitado. Sob circunstância alguma um membro da Polícia do Exército poderá submeter-se a efeitos de tóxicos ou, quando em serviço, ingerir bebidas alcoólicas ou exalar cheiro de álcool.

e - Atitude Perante Militares — A atitude do PE deverá ser sempre cooperativa. A ação de polícia desnecessária abate o moral e causa atritos com os demais militares. Deve-se evitar importunar militares com inspeções indiscriminadas de passes (Permissões, licenças) ou outras ações desta natureza. Não se deve interferir nas atividades de outros militares, a não ser que o comportamento dos mesmos constitua violação da lei ou dos regulamentos, ameace a segurança, traga descrédito às Forças Armadas, ou seja prejudicial ao bem estar ou à saúde geral.

f - Atitude Perante o Transgressor — Quando instruindo, advertindo ou corrigindo um militar, deverá ter a certeza de que suas atitudes ou ações não parecerão ser de represália ou de censura. O PE não tem autoridade para punir os transgressores, nem para recomendar ou sugerir qualquer forma de punição para os mesmos.

g - Obrigações Pessoais — A aceitação de favores, quando no cumprimento do dever, interfere adversamente na correção do serviço, além de refletir negativamente na reputação e integridade do PE. Alguns proprietários de botequins, cantinas e casas de diversão, tentam conseguir que o PE se torne devedor de favores e obrigações, distribuindo bebidas, alimentos e proporcionando divertimento gratuito. Em caso algum se deverá aceitar tais ofertas, mesmo não estando de serviço. A fim de evitar tal classe de oferecimentos, é aconselhável que o pessoal da PE, durante os momentos de folga, não frequente áreas onde normalmente presta serviço. O PE deverá ainda evitar contrair dívidas que não estejam estritamente dentro das convenções comerciais.

h - Discrição — Qualquer informação relacionada com as dificuldades de terceiros envolvidos em ocorrências deve ser objeto de absoluta reserva. A identidade de informantes não poderá ser revelada exceto à autoridade competente. Sob circunstância alguma se admitirá que assuntos referentes a delinquência, apreensões e transgressões sejam objeto de indiscrição no curso de conversa particular.

i. Decência de Linguagem — Em serviço não se deverá usar linguagem pornográfica, que além de atentar contra a decência, avilta o homem. Haverá facilidade em se observar estas normas evitando o uso de tal linguagem na conversa diária.

j - Participação de Ocorrências — O pessoal da PE deverá participar ao chefe imediato todas as violações da lei, dos regulamentos e das ordens militares que forem do seu conhecimento. A omissão ou supressão de qualquer informação deste teor constitui transgressão disciplinar. Excetuam-se as ações, cuja correção se consegue com simples advertência.

k - Qualidades Mentais e Morais — Todo o PE deverá se esforçar no sentido de desenvolver as seguintes qualidades:

(1) **Iniciativa** — É a capacidade e autoconfiança que o habilitarão a agir sob sua própria responsabilidade, na ausência de ordens, e a cumprir a missão que lhe foi atribuída, sem recorrer aos chefes imediatos.

(2) **Confiança** — É a característica que deverá ser evidenciada para que os superiores não duvidem da honorabilidade do PE.

(3) **Bom senso** — Julgamento acertado e prudente sempre necessário quando no trato com outros militares e no cumprimento do dever.

(4) **Tolerância** — Indulgência e paciência são necessárias para manter o controle, quando críticas desagradáveis ou ironia lhe forem dirigidas.

(5) **Coragem** — firmeza de espírito que possibilitará enfrentar o perigo, a despeito do medo.

(8) **Lealdade** — Lealdade para com os subordinados, superiores e para com a Pátria.

(7) **Honestidade** — Sentimento de sensatez e retidão em todas as ocasiões.

(8) **Fidelidade** — O fiel e correto cumprimento do dever correspondendo à confiança que lhe é depositada pelo Comandante

9. APRESENTAÇÃO PESSOAL

A apresentação do pessoal militar influencia a opinião pública sobre as Forças Armadas. O PE tem por obrigação manter uma boa apresentação, estar fisicamente em forma e ser um exemplo em atitudes militares. Deverá, ainda, ser digno, autoconfiante e demonstrar orgulho pela sua Unidade e pelo Exército.

ARTIGO III

UNIFORME E EQUIPAMENTO

10. UNIFORMES

O uniforme da Polícia do Exército é característico e estabelecido pelo regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército. Varia de acordo com o tipo da missão e outras prescrições das autoridades superiores. O PE deverá estar sempre corretamente uniformizado, para ficar em condições de corrigir as alterações no uniforme dos outros militares. Para isso, não usará complementos estranhos que não estejam autorizados pelo Regulamento e zelar para que o uniforme lhe assente bem, esteja limpo e passado, com os metais e acessórios de couro em bom estado e polidos, e com as insígnias e braçais, colocados de maneira correta.

11. EQUIPAMENTOS

O equipamento peculiar ao Policial do Exército varia com o tipo de missão que ele executa. As seguintes peças serão usadas com maior freqüência durante a execução do serviço.

a. **Braçal** — O braçal da Polícia do Exército será azul, terá inscritas as letras PE em branco, de acordo com o prescrito nos regulamentos. O braçal será usado somente quando o PE estiver em serviço, como símbolo de identificação e de autoridade. Deverá ser usado firmemente preso à manga esquerda, entre o cotovelo e o ombro. No uniforme de gala será branco, com as letras "PE" inscritas em vermelho.

b. **Caderneta de Anotações** — A caderneta será usada para registrar, no local, as ocorrências em sua área de serviço, e como fonte de informações para posteriores relatórios (parágrafo 63).

c. **Armamento** — O Policial do Exército, geralmente estará armado de pistola, carabina, metralhadora ou fuzil, conforme a missão.

d. **Cassetete da Polícia do Exército** — O cassetete da Polícia do Exército é uma arma manual. Deve ser conduzido pelo soldado e suspenso imediatamente acima da coxa esquerda, preso ao cinto por acessório apropriado. Para o emprego do cassetete veja o parágrafo 53-c.

e. **Cinto de Couro** — O cinto de couro, seguro por um talabarte que passa sobre o ombro esquerdo, prende o coldre e outros equipamentos pessoais.

f. **Apito** — O apito será usado com o propósito de alertar, transmitir uma ordem, ou dar alarme. Será colocado de maneira a possibilitar o seu emprego imediato. A extremidade do cordão em forma de gancho deverá estar presa ao botão que está acima do ombro esquerdo do traje exterior; a outra extremidade onde está o apito ficará presa ao botão do bolso esquerdo da blusa, blusão ou japonsa.

g. **Acessórios Brancos** — A Polícia do Exército está autorizada a usar acessórios brancos, tais como, o capacete, cordão de pistola e luvas. A alça do cordão é usada ao redor do ombro direito com a outra extremidade presa a pistola.

h. **Outros Equipamentos** — A Polícia do Exército está freqüentemente equipada com lanterna, algemas e outros equipamentos. O uso destes equipamentos dependerá de prescrições especiais do Comandante da Unidade ou autoridade superior.

ARTIGO IV

UNIDADES E INSTALAÇÕES

12. UNIDADES DE POLÍCIA DO EXÉRCITO

As Unidades de Polícia do Exército, incluem Destacamentos, Companhias, Batalhões e Grupamentos de Polícia. Estas organizações são designadas para integrarem Grandes Unidades ou Grandes Comandos de acordo com as necessidades operacionais em Polícia do Exército. Para enfrentar situações variáveis, os efetivos e a organização das Unidades de Polícia serão estabelecidos pelo Ministério do Exército, tanto para o território brasileiro como para outros Teatros de Operações.

a. As Unidades de Polícia do Exército serão elementos integrantes de Divisões, Corpos de Exército e Exércitos. Unidades adicionais poderão ser designadas para o reforço em missões específicas. Por exemplo, os Exércitos em Campanha disporão de Unidades de Polícia especialmente organizadas para o processamento, escolta e guarda dos prisioneiros de guerra. A Polícia do Exército também empregará Unidades especiais para operar em instalações fixas, tais como portos, praias de desembarque, hospitais, estações de estrada de ferro, terminais e instalações de serviços essenciais (linhas de comunicações, centrais telefônicas etc).

13. INSTALAÇÕES OPERACIONAIS

a. **Posto Central de Polícia do Exército** — O Posto Central de Polícia do Exército será um centro de controle para o policiamento, para o controle do trânsito, para a circulação e outras operações similares executadas pela Polícia do Exército. O Posto Central será o local onde o pessoal da Polícia do Exército se apresentará pronto para o serviço, para ser inspecionado e receber sua missão e as instruções finais antes de partir para a execução do serviço. Será o local para onde serão conduzidos os transgressores, afim de serem registrados e Interrogados, e para onde o PE retornará com o fim de complementar os relatórios solicitados, imediatamente após passar o serviço. O pessoal de um Posto Central incluirá no mínimo, um Oficial, um Sargento escrivão de serviço, um burocrata, um radioperador, um supervisor de Patrulha, investigadores, e uma reserva pronta a intervir. Um Batalhão ou uma Companhia de Polícia do Exército poderão operar diversos Postos Centrais, quando a distância, volume de atividades ou as diferentes missões assim o exigirem. Em operações de combate, os Postos Centrais estarão localizados nas áreas vizinhas à do Comando da Unidade.

b. Postos de Controle de Trânsito — Serão postos estabelecidos em uma rede de estradas, nas quais a Polícia do Exército exercerá o controle sobre o trânsito, zelará pelo cumprimento dos regulamentos, controlará o movimento de pessoas, e, orientará e informará aos transeuntes (C 19-25). O pessoal dos Postos de Controle de Trânsito poderá ainda exercer, Cumulativamente, o controle do pessoal extraviado. Os Postos de Controle de Trânsito estarão, normalmente, em contato através de patrulhas motorizadas, que providenciarão as ligações e trabalhos complementares necessários.

c. Postos de Extraviados — Nas áreas de combate os Postos de Controle de Trânsito, os Postos de Informação e as patrulhas motorizadas de PE tem atribuições adicionais de controle de extraviados

d. Instalações Para Prisioneiros de Guerra

(1) Pontos de Coleta — São determinados locais das áreas avançadas onde os prisioneiros de guerra são reunidos para fins de exame local, Interrogatório sobre informações de valor tático imediato e subsequente evacuação. A Companhia de Polícia do Exército divisionária poderá estabelecer, de acordo com as necessidades, um único ou vários Pontos de Coleta. Na maioria das vezes um Posto de Coleta Central será o suficiente. Quando a situação tática exigir, e ainda quando os pelotões de Polícia do Exército estiverem em reforço às Brigadas ou aos Grupamentos Táticos, poderão ser estabelecidos Postos Avançados de Coleta no âmbito do escalão reforçado.

(2) Prisões — Prisões são instalações organizadas pelos Corpos de Exército e Exércitos, nas suas respectivas áreas, para o interrogatório e custódia temporária de prisioneiros de guerra aguardando evacuação.

(3) Campos — Campos são instalações semipermanentes estabelecidas na Zona de Administração ou na Zona do Interior, para o internamento e administração completa dos prisioneiros de guerra. A guarda dos prisioneiros caberá às Companhias de Polícia do Exército.

e. Instalações Para Presos Militares

(1) Prisão de Campanha — São instalações de campanha, sob controle direto do Comandante Militar de Área. O Chefe de Polícia da Grande Unidade, exerce a supervisão sobre o funcionamento destas Instalações. Em geral, somente presos militares com sentenças até 6 meses cumprirão sua pena na prisão de campanha. Esta será ainda usada para a detenção de pessoas presas preventivamente. Aguardando julgamento ou outra ação das autoridades.

(2) **Presídio** — Este é o tipo de prisão empregado na Zona de Interior e destinado aos prisioneiros militares, com sentenças de prisão a cumprir até 2 anos.

(3) **Centro de Treinamento e Reabilitação** — É um estabelecimento de correção para funcionar em períodos de emergência nacional com a missão principal de treinar e reabilitar prisioneiros, para que possam ser novamente empregados ou devolvidos ao serviço.

ARTIGO V

OUTRAS ORGANIZAÇÕES DE POLÍCIA

14. GENERALIDADES

A autoridade policial, no Brasil, é exercida por várias organizações federais, estaduais e municipais. As Forças Armadas incluem-se, também, entre as organizações federais que exercem funções de policiamento.

15. OUTRAS ORGANIZAÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS

a. **Marinha** — Existem na Marinha Companhias de Polícia, organizadas com o Pessoal do Corpo de Fuzileiros Navais, com atribuições semelhantes as da Polícia do Exército. O braçal de serviço da Polícia da Marinha apresenta as iniciais S. P. (Serviço de Polícia).

b. **Força Aérea** — A Polícia da Aeronáutica também está organizada em Companhia de Polícia e tem atribuições e organização semelhantes as do Exército. O braçal que utiliza em serviço apresenta as iniciais P. A. (Polícia da Aeronáutica).

c. **Destacamento de Polícia das Forças Armadas** — Em determinadas áreas, e quando a situação exigir, poderão ser organizados Destacamentos mistos com pessoal das três Forças Armadas.

16. ORGANIZAÇÕES FEDERAIS CIVIS

São organizações federais civis, para execução de policiamento: o Departamento de Polícia Federal e órgãos subordinados, a Polícia Rodoviária, as Guardas Territoriais e as Guardas Florestais.

17. ORGANIZAÇÕES ESTADUAIS

Os Estados exercem suas atividades de promover a observância da lei através de órgãos de polícia variados, tais como: Secretaria de Segurança Pública e elementos subordinados (Delegacias diversas, Guarda Civil, Serviço de Trânsito, etc), Polícia Militar ou Força Pública, e outras,

*
* * *
*

REVOGADO

CAPÍTULO 3
JURISDIÇÃO E AUTORIDADE
ARTIGO I
JURISDIÇÃO MILITAR

18. CONCEITUAÇÃO

Jurisdição é a esfera em que a autoridade exerce sua ação. A Jurisdição é determinada pela área, pessoas, assuntos e limitações sobre as quais alcança o exercício de determinada autoridade.

19. JURISDIÇÃO MILITAR - ÂMBITO

a. Jurisdição Militar é a amplitude do direito das Forças Armadas exercerem sua autoridade e controle.

b. Esta Jurisdição é determinada pela Constituição, pelas leis, tais como o Código de Justiça Militar e a Legislação referente ao emprego das Forças Armadas em caso de emergência nacional e pelas normas de Direito Internacional

c. A Jurisdição Militar é exercida mediante aplicação de leis, de regulamentos, de portarias, de ordens expressas ou de prescrições de Direito Internacional, referentes à Guerra e ao Governo Militar.

d. Governo Militar é a forma de administração na qual uma Força militar de ocupação exerce a autoridade executiva, legislativa e judiciária sobre o território ocupado.

e. A Jurisdição Militar abrange qualquer militar, dentro ou fora da área sob controle militar

20. CONCEITUAÇÃO DOS ATOS LEGISLATIVOS

a. **Lei** — É norma geral de conduta formulada pelo Poder Público, cuja observância é garantida pela Força.

b. **Constituição Federal** — É a lei das leis, é a lei suprema. Contra cujos dispositivos não prevalece nenhuma outra lei.

c. **Lei Geral** — É a de caráter comum. Seus dispositivos abrangem os fatos gerais, sem distinção de pessoas. Opõe-se à Lei Especial.

d. **Decreto Legislativo** — É a resolução do Congresso Nacional a qual consagra medida de caráter temporário ou individual.

e. **Decreto Executivo** — É ato do Poder Executivo no exercício de suas atribuições privativas, enumeradas na Constituição ou na sua função legislativa normal (de simples regulamentação), ou delegada pelo Poder Legislativo (quando este autoriza em Lei o Poder Executivo a baixar os atos complementares a esta mesma Lei). Decretos podem ser ainda Os simples atos rotineiros como de promoção, nomeação, aposentadoria, autorização para financiamento e outros fins.

f. **Decreto-Lei** — É o ato do Poder Executivo que tem a força de Lei do Congresso, e que só é admissível durante situações excepcionais quando o Congresso não estiver no uso pleno de seus poderes.

g. **Portaria** — É ato de Ministro ou de Chefe de repartição, pelo qual se baixam Instruções ou se determinam providências de caráter rotineiro.

h. **Regulamento** — É ato do Poder Executivo pelo qual este desenvolve e pormenoriza disposições legislativas, estabelecendo meios, regras, providenciadas e fórmulas adequadas ao fiel cumprimento daquelas disposições.

1. **Regimento** — o ato que define o sistema de funcionamento interno de uma repartição.

21. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

a. **Generalidades** — As violações das leis, ordens e regulamentos militares na sua forma mais elementar constituem transgressões disciplinares. As transgressões disciplinares e as punições correspondentes estão capituladas no RDE. As violações das leis, ordens e regulamentos militares na sua forma mais complexa constituem crime militar. Os crimes militares, bem como as penas correspondentes, estão capitulados no "Código Penal Militar". A aplicação da disciplina militar será feita de acordo com as normas fixadas no RDE. A organização e o funcionamento da Justiça Militar são regulados pelo Código de Justiça Militar.

b. **Órgãos da Justiça Militar** — Os órgãos que administram a Justiça Militar no Brasil são:

(1) **Superior Tribunal Militar** — Deve funcionar na capital da República e é composto de Oficiais Gerais das Forças Armadas e de Ministros togados. Sua finalidade é julgar os processos em que, gerais aparecem indiciados e os demais processos militares, em grau de recurso.

(2) **Conselho de Justiça das Auditorias** — Englobam o Conselho Especial de Justiça (para julgar processos em que oficiais aparecem como indicados) e o Conselho Permanente de Justiça (para julgar os demais processos militares). Cada um destes Conselhos é constituído por 4 oficiais e um juiz civil.

(3) **Conselho de Justiça dos Corpos** — Para o julgamento de desertores e insubmissos.

(4) **Conselho de Justificação e Conselho de Disciplina** — São unicamente órgãos de administração da disciplina.

(5) Junto ao STM e aos Conselhos de Justiça das Auditorias existe um representante do poder executivo para promover as merecidas denúncias. O representante junto ao STM é o Procurador Geral da Justiça Militar; junto às auditorias é o respectivo Promotor Militar.

(6) Na vigência de estado de guerra ou em zonas de operações o CJM prevê que os Ministros das pastas militares nomearão Conselhos de Justiça para funcionarem à semelhança da organização judiciária militar para o tempo de paz.

c. **Inquérito Policial Militar** — Sempre que um Comandante de corpo ou unidade superior tomar conhecimento de ocorrência que possa constituir crime militar nomeará um oficial para realizar processo de investigação chamado "Inquérito Policial Militar". Tal processo terminará com um relatório e deverá apurar se a ocorrência encerra crime militar ou transgressão disciplinar. No primeiro caso constituirá peça inicial para execução de processo na Justiça Militar.

d. **Sindicância** — Sindicância é toda ação cometida a qualquer oficial por um seu superior hierárquico, no uso de atribuições administrativas, para apurar, em exame rápido, o que de verdade encerra um determinado fato, aparentemente irregular, que tanto pode constituir uma transgressão de disciplina, ou um delito, ou vários delitos, posteriormente apuráveis por meio de um inquérito policial militar.

22. JUSTIÇA CIVIL

A Constituição Federal estabelece linhas gerais para a organização da Justiça e autoriza a União e os Estados a organizarem-na dentro dos respectivos limites. A Justiça Federal, além dos processos de sua competência específica, julga, em grau de recurso, as decisões da Justiça Estadual. Cabe aos Estados zelar pela observância das leis através de suas polícias e de sua organização judiciária, constituída por juízes e tribunais. Entretanto, o Código Penal (que capitula os crimes e comina as penas correspondentes) e o Código de Processo Penal (que estabelece

23 - 25

normas para os processos criminais) são ambas leis federais e prevalecem para a aplicação da Justiça em todo o país.

23. JURISDIÇÃO CONCOMITANTE

A Constituição define os limites da competência das autoridades Federais e Estaduais. Em matéria de competência federal, as leis estaduais poderão ter apenas caráter complementar não devendo contrariar os dispositivos legais federais. Quando a Lei não for suficientemente clara para definir a esfera de competência poderá ocorrer "Conflito de Jurisdição", que será resolvido pelo Supremo Tribunal Federal. As Forças Armadas são instituições federais, razão porque a elaboração das leis e a expedição de outros atos a elas referentes são de competência dos Poderes Federais, nos limites de suas atribuições. Os militares, como cidadãos brasileiros, estão sujeitos, concomitantemente, às leis federais, estaduais e municipais. Embora a Lei garanta aos militares certas prerrogativas, estas não os eximem de cumprimento dos dispositivos legais. Em sua essência estas prerrogativas atribuem aos comandantes militares a competência para compeli-rem seus subordinados à observância das leis.

ARTIGO II

AUTORIDADE MILITAR

24. FUNDAMENTO DA AUTORIDADE

A autoridade da Polícia do Exército, para fazer cumprir as leis, ordens e regulamentos militares emana basicamente da delegação de poderes do Comandante Militar, em cuja área de jurisdição ela operar (Art 115 do CJM).

25. AUTORIDADE SOBRE PESSOAS E ÁREAS

a. **Generalidades** — No desempenho de sua missão, a PE tem autoridade para compeli-ir ao cumprimento das leis, dos regulamentos e das ordens em vigor, a todas as pessoas que permaneçam ou transitem por áreas, sob jurisdição militar permanente, ou sob controle militar ainda que temporário. Nas demais áreas, a autoridade da PE cingir-se-á exclusivamente ao pessoal sujeito à disciplina militar, exceto se as ordens das autoridades militares às quais a PE esteja subordinada estabelecerem normas em contrário, como no caso das escoltas, etc.

b. Em Áreas de Operações — Em áreas de operações, em território inimigo que esteja sob ocupação, ou em território nacional sob Estado de sítio, a autoridade da PE sobre pessoas não compreendidas no Art 11 do RDE será exercida de acordo com as diretrizes e ordens militares expedidas pelo Comandante Militar da área e baseadas nas leis nacionais ou internacionais, conforme o caso.

c. Em Território de Nações Amigas — A ação da PE em território de uma nação amiga sofrerá, quase sempre, restrições decorrentes da aplicação das leis desta nação. Nos territórios das nações amigas, as Forças Armadas Brasileiras e seus componentes, submeter-se-ão também às leis locais a menos que acordos específicos modifiquem tais disposições. Elementos da PE atuando em território de uma nação amiga deverão, para tanto, conhecer a legislação local e as restrições decorrentes para suas atividades.

d. Autoridade para Prender — A detenção, condução, e revista de um militar só poderão ser efetuadas por outro militar de posto ou graduação igual ou superior, exceto nos casos expressos em lei. O militar da Polícia do Exército, em serviço, que encontrar um superior hierárquico na prática de uma transgressão disciplinar ou no desrespeito de qualquer ordem em vigor, inicialmente solicitará ao mesmo que se identifique. A nenhum militar é dado recusar-se a exibir sua identificação mesmo que pedida por um soldado da PE, em serviço, sob risco de ver ignorada a sua legítima condição. Sempre que o transgressor seja um oficial, e as condições exigirem a sua detenção, deverá ser requisitada a presença de outro oficial de patente superior, ou mais antigo no posto, para a execução de tal medida. Quando o transgressor for um praça de graduação superior a do PE, e, quando as circunstâncias o exigirem, este último solicitará que o infrator o acompanhe até a presença do oficial de serviço. Nenhuma praça poderá recusar-se a atender esta solicitação, sob pena de incorrer nas sanções disciplinares decorrentes (Art 12 § único letra b, do RDE) quando o fato não chegar a constituir crime (Art 142 do CPM). O pessoal da Polícia do Exército poderá familiarizar-se com o Regulamento Disciplinar do Exército Código de Justiça Militar e Código Penal Militar afim de dar cumprimento a suas missões com maior eficiência.

26. PODERES PARA PRENDER

Ninguém deve ser recolhido à prisão, antes de formulada a respectiva nota de culpa, à exceção da presunção de criminalidade, do estado de embriaguês, da necessidade de proceder averiguações, da conveniência da disciplina ou da incomunicabilidade do transgressor (Art 48 do RDE). Qualquer pessoa pode, e os militares devem prender quem for encontrado cometendo crime ou após a prática deste tentar fugir perseguido pelo clamor público (Art 146 CJM).

27. AUTORIDADE PARA INVESTIGAR E APREENDER

a. **Extensão da Autoridade** — Normalmente a Polícia do Exército executa investigações e apreensões em áreas sob Jurisdição Militar. Poderá, entretanto, efetuar-las fora destas áreas sempre que se impuser para o atendimento a diligências prescritas ou autorizadas.

b. **Diligências Durante o Dia** — A Polícia do Exército poderá, durante a realização de diligências no período diurno, penetrar em recintos de propriedade privada, mediante mandado de busca e apreensão ou prisão, emitido por autoridade competente ou, ainda, nos casos de perseguição para prisão em flagrante. Na hipótese de que o proprietário, após legalmente intimado, negue autorização para que se efetive a busca, esta processar-se-á, ainda que à força, na presença de testemunhas que comprovem aquela negativa. O proprietário que assim proceder, estará sujeito às sanções previstas em lei.

c. **Diligências à Noite** — À noite não se realizarão em domicílio privado buscas ou apreensões, exceto, com o consentimento do proprietário, comprovado por testemunhas; admitir-se-ão também em tais buscas e prisões noturnas na hipótese de que - havendo o transgressor penetrado no interior de uma casa - dela se apossou ou a pedido de socorro. Quando, à noite, a negativa do proprietário não permitir a efetivação de busca para apreensão ou prisão, o encarregado da diligência fará cercar todas as saídas do prédio, aguardará o amanhecer e procederá, então, conforme acima ficou esclarecido para diligências diurnas.

28. REVISTA AUTORIZADA

a. A PE tem autoridade para efetuar buscas nos seguintes casos:

(1) Revista individual, compreendendo revista na pessoa e em todos os bens sob seu poder tais como automóvel, bagagem, etc., desde que feita em função de uma prisão e legal com o propósito de apreender objetos relacionados com a infração que motivou a prisão. O quarto do hotel ou escritório particular, quando a prisão se efetuar nestes locais, também são considerados como bens em seu poder podendo pois serem revistados.

(2) Revistas de indivíduos e em todos os bens sob o seu poder, quando as circunstâncias exigirem uma ação imediata, cuja finalidade será a de evitar que objetos ilegalmente em poder de determinada pessoa sejam removidos ou afastados.

3) Revista de locais, com o consentimento voluntário do proprietário, inquilino ou depositário. Deverá haver testemunha deste consentimento.

b. As diligências no interior de um quartel somente poderão ser efetuadas com autorização específica do comandante ou pessoa a quem este tenha delegado autorização para tal.

c. Revistas em objetos militares, tais como reservas, arquivos, mesas e similares, poderão ser efetuadas desde que o oficial diretamente responsável pelos objetos as autorize.

d. Mesmo fora das áreas sob Jurisdição militar poderá a Polícia do Exército, em caráter rotineiro, deter e revistar quaisquer viaturas do Ministério do Exército, excetuadas, tão somente as de turismo com chapa oficial.

29. APREENSÃO AUTORIZADA DE PROPRIEDADES

a. **Generalidades** — A PE tem autoridade para efetuar apreensões de propriedades que tenham valor como provas de contrabando, e de objetos de propriedade proibida. É aconselhável que toda apreensão seja realizada na presença do acusado e proprietário. Um recibo deverá ser entregue a este, na ocasião da apreensão.

b. **Propriedade que Tenha Valor Como Prova** — É todo e qualquer objeto que prove a evidência de um fato.

c. **Contrabando** — É a mercadoria que constitui objeto de comércio com desatenção às leis do país, no que interessa à importação e à exportação. Incluem-se no contrabando o dinheiro falsificado, o equipamento para sua falsificação e narcóticos cuja posse é proibida.

d. **Posse Proibida** — É qualquer bem que mesmo sem constituir contrabando, não deve ser conservado em poder de alguém, face à proibição de leis ou de regulamentos.

30. LIMITAÇÕES DA AUTORIDADE

A PE deverá ter pleno conhecimento das seguintes limitações:

a. **Encorajar a Contravenção** — Não é permitido às autoridades encarregadas de promoverem a observância da lei conceder facilidades ou incentivar de outra maneira qualquer à prática do crime com a finalidade de obter flagrante ou provas de infração.

b - Buscas — Exceto em determinadas situações de apreensão com consentimento ou real emergência, a PE não está autorizada a efetuar buscas em áreas sob Jurisdição Civil. Deste modo, um mandado de busca será necessário para legalizar tais diligências. Os mandados deverão ser expedidos por autoridade competente.

*
* * *
*

REVOGADO

CAPÍTULO 4
DEVERES DO PE
ARTIGO I
OBEDIÊNCIA ÀS LEIS

31. GENERALIDADES

A finalidade básica da Polícia do Exército é assegurar o cumprimento das Leis, ordens e regulamentos, pelos militares. O dever fundamental da Polícia do Exército é esforçar-se para cumprir sua finalidade.

32. EXECUÇÃO

O cumprimento da missão da PE é obtido:

a. **Exemplo** — O PE, cujo dever é cooperar diretamente com o seu Comando, zelando pela aplicação das leis, ordens e regulamentos militares, deverá dar exemplo conduzindo-se sempre de acordo com os dispositivos legais. Demonstrando tal espírito de liderança facilitará aos outros militares a compreensão do que se deseja deles.

b. **Correção Imediata** — Violações de menor importância, tais como de uniformes, pequenas infrações de trânsito e pequenas alterações de comportamento (algazarra, discussões, etc) poderão ser corrigidas no local. Simples advertência ao infrator poderá conduzi-lo a observância dos regulamentos, sem ser necessária ação mais enérgica. Quando se tiver que abordar militares com o propósito de corrigi-los ou adverti-los no local, dever-se-á verificar inicialmente a sua identidade, e se for o caso, a sua permissão para estar na área, solicitando e examinando a carteira de identidade, passes, ou guias de licença dos mesmos. Se a sua presença na área não estiver devidamente autorizada, deverão ser encaminhados ao chefe encarregado do policiamento.

c. **Advertências Visuais e Prevenção** — Inclui sinais de trânsito, aviso de locais de permanência proibida e ação de patrulhamento ostensivo.

d. **Assistência e Medidas de Controle** — Estas atividades incluem:

(1) Colaboração da instrução pela presença de instrutores e equipes de demonstração da PE, em ocasiões especiais.

(2) Preparação e distribuição de material impresso, com informações e instruções sobre ordens locais.

(3) Registros, tais como o registro de armas e veículos particulares, bem como a confecção e distribuição de licenças para caça e pesca.

(4) Inspeções, tal como a vistoria na segurança de viaturas oficiais.

e. Outras Atividades — A execução eficiente dos serviços de controle de tráfego, circulação e extraviados, assim como a efetivação de prisões e apreensões, conduz à observância dos regulamentos. A eficiência da PE será julgada pela ausência das transgressões e não através de suas ações de repressão.

ARTIGO II

RELAÇÕES PÚBLICAS E SERVIÇOS DA POLÍCIA DO EXÉRCITO

33. RELAÇÕES PÚBLICAS

Os serviços prestados pela PE constituem manifestas atividades de Relações Públicas e geram continuamente compreensão, cooperação e boa vontade dentro das Forças Armadas e no seio da comunidade civil.

34. SERVIÇOS

A assistência que a PE presta aos militares, aos seus dependentes, e aos civis é semelhante aquela que a polícia civil presta ao público. Quando esta atividade for realizada cordial e amigavelmente constituirá um excelente progresso para grangear a simpatia do povo em geral, e especialmente dos demais membros das Forças Armadas.

a. Informações — Os elementos da PE deverão estar perfeitamente familiarizados com a área na qual costumam prestar os seus serviços. Desta forma estarão sempre em condições de, quando solicitados prestarem informações por conhecimento próprio. Ou através de fontes a seu alcance. Nunca se deverá responder a uma solicitação, com um simples "eu não sei" e todo o esforço possível deverá ser feito para prestar a informação solicitada. Entretanto, informações de caráter reservado somente serão transmitidas a pessoal autorizado. Quando impossibilitado de prestar a informação solicitada, o PE deverá encaminhar o indivíduo ao órgão ou repartição que o possa fazer.

b. Primeiros Socorros — Como a PE geralmente está entre os primeiros a chegar ao local de desordens, motins, acidentes, e outras ocorrências, seus elementos deverão estar preparados para prestar assistência eficiente aos feridos

e familiarizados com as medidas de primeiros socorros e sua aplicação. Deverão ainda conhecer a localização dos hospitais e ambulatórios civis e militares, para poderem obter imediata assistência médica aos feridos.

c. Custódia Protetora — A PE presta assistência a pessoas sujeitas a disciplina ou à justiça militar, que estejam necessitando de auxílio ou assistência. Um relatório sobre a assistência prestada deverá ser encaminhado. Esta assistência protetora será prestada quando a pessoa estiver sujeita a jurisdição militar.

(1) Fizer uma solicitação que seja razoável.

(2) For encontrada em local público, sem meios financeiros e necessitando de assistência.

(3) Esteja ferida, ou doente, e em consequência necessitada de auxílio.

(4) Esteja necessitada de proteção contra violência e injúria.

ARTIGO III

POSTOS FIXOS E PATRULHAS DA POLÍCIA DO EXÉRCITO

35. GENERALIDADES

A Polícia do Exército, tanto em patrulhas como em postos fixos, é supervisionada na execução de suas missões, por oficiais de um Posto Central ou do próprio Centro de Operações da Unidade

36. PATRULHAS DA POLÍCIA DO EXÉRCITO

a. As patrulhas da Polícia do Exército, normalmente, constituídas de dois PE, executam missões de zelar pelo cumprimento da lei dentro de uma área designada e, durante determinado período de tempo. O roteiro a ser seguido, e as missões a serem cumpridas serão fixadas no Posto Central da Polícia do Exército ou no Centro de Operações, e lhes serão determinadas na apresentação para o serviço. No entanto, a maneira de execução e o horário devem variar, de modo que os transgressores não saibam antecipadamente da hora e da rotina do patrulhamento.

b. A PE fará patrulhas motorizadas, a pé e em trens bem como a vigilância nos terminais, tais como estações ferroviárias, rodoviárias, marítimas e aeroportos.. Estas patrulhas poderão ser feitas em conjunto com a polícia civil, pessoal das outras Forças Armadas ou das Forças Armadas de nações amigas.

c. Com o objetivo de conseguir assistência nos casos de urgência o pessoal da Polícia do Exército deverá estar familiarizado com os meios de comunicações disponíveis no seu itinerário, com outras patrulhas que estejam em ação nas vizinhanças e com as atividades da Polícia Civil. Quando for solicitado ajuda de membro das Forças Armadas e este recusar-se a atender, tal fato deverá ser participado ao Cmt da Unidade de PE.

37. PATRULHA A PE

A patrulha a pé cobre áreas limitadas, freqüentadas por militares tais como, áreas comerciais e centros de recreação. Deverão ser escolhidos itinerários curtos para possibilitar atenção especial às áreas reconhecidamente turbulentas. As seguintes técnicas facilitarão a execução dos serviços de patrulhamento:

a. A área de patrulhamento deverá ser bem conhecida, inclusive ruas, edifícios e outros aspectos físicos.

b. É necessário o conhecimento das pessoas que residem, trabalhem ou sejam proprietárias de lojas dentro da área, pois estas poderão servir de fonte de informação e assistência. O pessoal da PE deverá ser cordial para com os mesmos, porém não poderá aceitar favores ou recompensas.

c. Estar em condições de dar informações simples porém precisas, no que diz respeito à localização de certas instalações, tais como terminais, hospitais, Serviços Públicos e teatros, que se encontrem dentro ou perto de sua área.

d. Ao caminhar, deve-se manter certa distância de prédios ou estruturas, o que possibilitará melhor observação da área, menor possibilidade de surpresas, bem como facilitará o reconhecimento e o contato com os superiores ou pessoas que desejam ajuda da PE.

e. A entrada em estabelecimentos públicos deverá ser feita sem chamar muita atenção, parando a entrada para uma observação geral e depois percorrendo o estabelecimentos para examinar o ambiente, sem no entanto molestar ou incomodar os usuários. Quando se ingressar em áreas escuras, tais como becos ou quartos sem iluminação, dever-se-á deixar a vista se acostumar à escuridão antes de prosseguir.

f. Ser interessado, tomar a iniciativa de examinar ou informar-se sobre todos os assuntos que se relacionarem com a missão.

38. PATRULHAS MOTORIZADAS

a. As patrulhas motorizadas executam as mesmas missões das patrulhas a pé porém estão capacitadas a cobrir uma área bem maior, executar missões específicas, reforçar rapidamente outras patrulhas, e fiscalizar ou executar serviços de transportes, comunicações e outros de emergência.

b. As patrulhas motorizadas, normalmente, cumprem sua missão percorrendo ou estacionando nas áreas onde há maior incidência de transgressões. Estas atividades devem ser executadas às claras, pois o patrulhamento ostensivo incentivará ao cumprimento da lei. Estacionar a viatura da patrulha em lugares escondidos ou obscuros, tais como atrás de cartazes ou entre árvores, não promove boas relações públicas, nem eficiente "demonstração de autoridade".

c. O PE deverá dar exemplo aos demais motoristas, observando os regulamentos de trânsito e a cortesia na estrada.

d. Ao atender à chamadas de emergência, os equipamentos de alerta, tais como sirenes e luzes vermelhas montados no veículo, deverão ser empregados de acordo com os regulamentos em vigor. Os limites de velocidade aplicam-se a todos os veículos, inclusive aos que estejam atendendo chamadas de emergência. Alta velocidade somente poderá ser empregada quando as normas locais de trânsito o permitirem e a situação realmente o exigir.

e. O procedimento na perseguição, acompanhamento e prisão de pessoas que se encontrem dentro de uma viatura está descrito no C 19-5 — Controle de Trânsito. Precauções especiais deverão ser tomadas quando da aproximação de viaturas perseguidas, nas quais viajam pessoas suspeitas de haverem cometido um crime. De armas em punho, componentes da patrulha se colocarão atrás da viatura, um à esquerda, e outro à direita, permanecendo cada qual fora da linha de tiro do outro. Um PE ordena com firmeza que os ocupadas abandonem a viatura, primeiramente os do assento traseiro e, em seguida os do assento dianteiro.

39. PATRULHAS ESPECIAIS

O pessoal da PE poderá ser designado para integrar os seguintes tipos de patrulhas especiais:

a. **Patrulhas em Trem e em Terminais de Passageiros** — Caracterizam-se por operarem em áreas extremamente limitadas, de grande fluxo de pessoal e, normalmente, também freqüentadas por pessoal militar. Sua finalidade precípua é zelar pela disciplina militar compelindo, se necessário, os militares a observar as leis, regulamentos e ordens em vigor. Sua atuação sobre os civis é praticamente

nula. De acordo com as conveniências a Polícia do Exército poderá instalar postos nos terminais, com o objetivo de proporcionar informações, ou outro tipo de assistência a militares e seus dependentes.

b. Patrulhas Para Segurança de Instalações — Caracterizam-se principalmente por sua missão de garantir a segurança física das instalações, tanto militares como de interesse militar, tais como indústrias, depósitos, instalações de transportes (ferroviário, rodoviário ou aquático) meios de comunicações, etc. Muitas vezes exigirão que seus integrantes recebam instrução e equipamento adicional.

c. Patrulhas Aéreas — O emprego de meios aéreos facilitará a execução de reconhecimentos, controle do tráfego e circulação. Controle de distúrbios e captura de fugitivos. Para a execução de tais patrulhas a PE precisará receber apoio adicional da Força Aérea ou de outros Órgãos. Aviões e helicópteros poderão ainda cooperar na coordenação de patrulhas terrestres, no emprego de alto-falantes com fins, de advertência e informação, etc, além de facilitarem o transporte de patrulhas de reforço e o restabelecimento da ordem em áreas de difícil acesso.

40. PATRULHAS COM PESSOAL DE FORÇAS AUXILIARES

a. Com a Polícia Civil — Em circunstâncias excepcionais, em que as autoridades militares tenham entrado em acordo com as autoridades civis, poderão ser efetuados patrulhamentos em conjunto com a Polícia Civil para corrigir militares que estejam prejudicando a ordem em geral, ou infringindo a disciplina militar. Somente pessoal experiente e de elevado grau de aptidão deverá ser selecionado para execução de tal serviço. O pessoal da PE permanecerá sob o comando e direta responsabilidade das autoridades militares, acompanhará a polícia civil (com o único propósito de compeli-los os militares à disciplina e a obediência das leis) e não exercerá autoridade sobre a Polícia ou população civil. Em caso de indisciplina, ou aparente violação da lei nenhuma ação será tomada de sua parte, a não ser que o infrator seja identificado como sendo sujeito à disciplina militar.

b. Com Pessoal de Outras Forças Armadas — O pessoal da PE poderá ser designado a efetuar patrulhas em conjunto com a Marinha ou Força Aérea. Neste caso, cada militar integrante da patrulha, está exercendo uma autoridade militar comum, proveniente da mesma fonte. Através de acordos entre os Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica a autoridade da Polícia do Exército e do pessoal de policiamento das outras Forças se estenderá sobre todos os membros das Forças Armadas sem distinção. O mesmo acontecerá, no caso de designação do Pessoal da Polícia do Exército para executar serviços (pessoal) como integrante de um destacamento de Polícia das Forças Armadas (§ 17 f)

c. Com Pessoal de Outras Nações — A Polícia do Exército poderá ser designada para executar patrulhamentos com elementos da Polícia do Exército de outros países. Estas patrulhas mistas são geralmente organizadas em áreas frequentadas por militares de diversas nações. Tem a finalidade de economizar homens e equipamentos, superar os problemas de idiomas e barreiras de autoridade, e, proporcionar a segurança aos integrantes da patrulha. Cada componente desta patrulha estará representando uma autoridade militar da sua nação. No entanto, através de acordos entre os Comandos, ou com os encarregados de Assuntos Cívicos, cada membro poderá receber autorização para exercer certo grau de autoridade sobre todos os militares das Nações participantes do acordo. As limitações e a extensão de sua autoridade estarão especificados em suas ordens.

41. POSTOS FIXOS

A PE poderá operar postos fixos para executar missões em áreas que não requeiram patrulhas do tipo volante. Estes postos poderão ser estabelecidos em pontos críticos, nas entradas de instalações militares e em determinados locais com o fim especial de proteger pessoas, propriedades, áreas e prédios. A missão destes postos, em princípio será estabelecida por ordens específicas para o posto e outras normas da PE que se apliquem à situação.

ARTIGO IV

PREVENÇÃO AO CRIME

42. GENERALIDADES

A prevenção do crime está relacionada com as atividades que tem por finalidade, cooperar na eliminação ou supressão de condições que tendam a encorajar ou favorecer atos criminosos.

43. ATIVIDADES DE PREVENÇÃO AO CRIME

A PE auxilia na prevenção ao crime:

a. Observando o cumprimento das leis, ordens e regulamentos militares, e dando o exemplo na conduta.

b. Controlando diretamente o pessoal militar com medidas, tais como, controle de passes, observância dos toques de recolher, ação corretiva e assistência protetora.

- c. Patrulhando áreas proibidas e estabelecimentos militares.
- d. Patrulhamento ostensivo.
- e. Realizando observações e encaminhando relatórios sobre locais e condições que favoreçam ao crime.
- f. Cooperando em pesquisas sobre segurança pessoal e prevenção ao crime.

44. COMBATE AO VÍCIO

A Polícia do Exército preocupa-se com o controle do vício que afete ao pessoal das Forças Armadas. A Polícia Civil, as instituições de Saúde Pública e outras organizações governamentais ajudarão a determinar prováveis locais de crime e áreas de operação.

a. Prostituição

(1) No Brasil, somente as autoridades civis têm poder de prender prostitutas, ou fechar casas de prostituição. Os Comandantes tomam as medidas no sentido de tornar público que todas as casas de prostituição serão consideradas áreas proibidas para o pessoal militar. A PE verifica o cumprimento destas restrições.

(2) Em território estrangeiro amigo, o controle da prostituição permanece sob responsabilidade das autoridades civis do mesmo. As casas de prostituição ou locais freqüentados por prostitutas são considerados locais proibidos para pessoal das Forças Armadas sob comando militar do Brasil. Geralmente, o Comandante Militar e as autoridades civis das nações amigas estabelecerão, de comum acordo, normas minuciosas de procedimento para tal assunto.

(3) Em território ocupado, o Comandante do Teatro ou Governador Militar prescreve as normas para o combate à prostituição, e a Polícia do Exército tanto pode receber ordens para a sua execução como simplesmente para supervisionar a execução das mesmas pelas autoridades civis. A Polícia do Exército, em território ocupado, poderá ser designada a operar com equipes especiais, onde o combate ativo à prostituição se faça necessário.

b. **Narcóticos** — A Polícia do Exército deverá manter constante vigilância para descobrir o uso não autorizado, posse, compra, ou venda de drogas narcóticas pelo pessoal militar, ou a introdução não autorizada de narcóticos em áreas ou repartições governamentais. Se em qualquer ocasião houver suspeita de comércio ou uso ilegal de narcóticos, deverá ser enviado no mais curto prazo, um relatório minucioso ao Chefe de Polícia do Exército.

c. **Jogo** — As atividades de jogo poderão ser descobertas facilmente através do emprego eficiente das patrulhas e da análise dos seus relatórios. As patrulhas deverão informar qualquer indício relativo à existência de atividades de jogo. Com respeito à áreas no exterior veja § 25 b.

d. **Mercado Negro** — A Polícia do Exército deverá comunicar quaisquer atividades do seu conhecimento que violem as leis de preços, prioridades ou racionamento. Deverá prender as pessoas sujeitas à jurisdição militar implicadas em atividades de mercado negro. Com respeito às áreas no exterior, veja § 25 b.

45. RELATÓRIO DE OBSERVAÇÕES

A PE tomará conhecimento de ocorrências que não exigem ação policial imediata que, porém, poderão deixar dúvidas, ou levantar suspeita. Tais ocorrências deverão ser anotadas (§ 63) e comunicadas ao Sgt escrivão no final do serviço. Quando encaminhadas ao supervisor de patrulhamento informações desta natureza, as mesmas se entrosarão num quadro geral, possibilitando uma melhor apreciação da área de responsabilidade.

ARTIGO V

PRISÃO, REPRESSÃO

46. GENERALIDADES

Prisão é o ato de colocar uma pessoa sob custódia privando-a temporariamente de sua liberdade. A prisão é efetuada após notificar-se claramente a pessoa a ser presa, oralmente ou através de Ofício.

47. QUANDO PRENDER

A PE precisa usar de bom senso ao determinar se um membro das Forças Armadas deve ou não ser preso. Para isto, examinará a natureza da ocorrência, e concluirá se a mesma foi grave ou leve. A PE guia-se pelos seguintes princípios:

“Orientar o Responsável”

“Corrigir o Irresponsável”

“Prender o Incorrigível.”

a. **Infrações de Menor Importância** — Algumas transgressões, tais como o estacionamento ilegal, ou ocorrência que permita uma advertência imediata são,

normalmente, consideradas como sendo infrações de pequena importância e não requerem prisão ou investigação minuciosa.

b. Infrações Graves e Crimes — Uma ocorrência ou infração que envolva a perda, a avaria, ou a destruição de propriedade, ferimentos pessoais ou morte, torpeza moral, ou outra qualquer ação que perturbe seriamente o bem estar geral, poderá vir a ser considerada como crime ou grave transgressão. A natureza da ocorrência, a extensão da perda ou destruição de propriedade, a gravidade dos ferimentos causados a pessoas, e a necessidade de posteriores medidas de prevenção ou de correção são geralmente, publicados em instruções especiais baixadas pelo Chefe de Polícia do Comando local. Geralmente, crime, tumulto, ou conduta que resulte em descrédito para o Exército cometidos na presença da PE, ou atos desta natureza que estejam na iminência de ser praticados, exigem a prisão do transgressor (parágrafos 26 e 27).

48. AUXÍLIO NA IDENTIFICAÇÃO DE SUSPEITOS

A identificação correta da pessoa é de extrema importância quando for efetuada uma prisão. A identificação primária é geralmente baseada numa descrição física e em uma fotografia.

a. O reconhecimento e a identificação serão efetuados com o emprego de informações acumuladas dos indivíduos. Do interrogatório de testemunhas poderão resultar informações de grande valor no que diz respeito à descrição ou identidade do suspeito. Um indivíduo poderá reconhecer um suspeito pela fotografia ou por um esboço fisionômico.

b. Outros processos auxiliares de identificação cujo emprego deve ser familiar à Polícia do Exército são mencionados abaixo:

(1) **Relatório de ocorrências e fichas de referência** — Os relatórios de ocorrências e fichários gerais contém informações que poderão auxiliar na determinação da identidade de um transgressor.

(2) **Descrições pessoais** — A descrição de um suspeito pode auxiliar a Polícia do Exército em uma identificação. Tais descrições contém dados como cor, altura, peso, constituição física, postura, compleição, formas da cabeça, do nariz e do queixo, cor do cabelo, do bigode e dos olhos, cicatrizes visíveis, defeitos físicos, e outras características físicas facilmente identificáveis.

(3) **Retrato falado (Caricatura)** — A descrição de uma pessoa procurada,

obtida de testemunhas ou da própria vítima, poderá fornecer a um artista os dados necessários para fazer uma caricatura do suspeito.

(4) **Impressões digitais** — A comparação de impressões digitais nos fornece uma informação segura, e eliminará quaisquer dúvidas quanto à verdadeira identidade de uma pessoa.

49. APROXIMAÇÃO

a. **Estudo de Situação** — Ao aproximar-se do local de uma ocorrência deve-se fazer ao menos um rápido estudo mental da situação. Observa-se a cena cuidadosamente, destacando detalhes e condições que cercam o acidente; avaliam-se as atitudes que deverão ser tomadas, observando ao mesmo tempo todas as pessoas na área, e imaginando-se o que elas farão quando houver intervenção da PE. Os seguintes fatores devem ser considerados:

(1) **Atitude do suspeito** — Observe-se a atitude do suspeito e conclua-se se ele é beligerante, violento, agressivo, grosseiro, dócil, calmo, ou brincalhão. A não ser que haja fortes razões para provar o contrário presume-se sempre que ele seja perigoso. A maneira pela qual se dirige a um indivíduo determinará na maioria dos casos, a forma pela qual ele responderá. Por exemplo, ao aproximar-se de um indivíduo, um apelo inicial à sua inteligência e boas qualidades ajudará a receber uma resposta cooperativa.

(2) **Potência** — Há sempre necessidade de verificar se o número de elementos da Polícia do Exército, nas imediações, é suficiente para controlar uma situação. Num caso de emergência deverá ser solicitada a ajuda de qualquer membro das Forças Armadas, com o objetivo de possibilitar o cumprimento da missão, inclusive de efetuar uma prisão.

(3) **Armas** — Na hipótese de se ter de efetuar uma prisão, verificar se as armas disponíveis são adequadas para a missão.

b. **Plano de Ação** — Faz-se um plano de ação que pareça ser o mais indicado para a ocorrência e para as atitudes que o suspeito e seus companheiros poderão tomar. As suas decisões devem ser tomadas em função da gravidade do incidente e dos fatores enumerados no item "a" acima.

(1) **Simplicidade** — O plano de ação deve ser o mais simples possível.

(2) **Surpresa** — Usa-se o fator surpresa no plano. Isto dará uma vantagem imediata sobre o suspeito.

(3) Localização — O local escolhido para ser efetuado uma prisão deverá merecer a máxima atenção e estudos, pois deverá oferecer o máximo de vantagens para o PE, e o mínimo para o suspeito. Deve-se evitar a ação em áreas de concentração ou de grande movimento de pessoal, pois tais áreas, facilitam a fuga do suspeito e dificultam o uso de armas de fogo, havendo ainda possibilidades de auxílio ao suspeito de companheiros que eventualmente estejam presentes no local.

c. Abordagem de Um Indivíduo

(1) Ao aproximar-se de um suspeito deve-se fazê-lo de maneira firme e decidida, presumindo-se sempre que este seja perigoso. Deve-se ser cortes, porém reservado, falar em tom calmo, porém autoritário.



Figura 2 Técnica de aproximação

(2) Ao aproximar-se de um indivíduo com a finalidade de solicitar que este exiba sua carteira de identidade, permissão ou outro documento, um outro PE deve colocar-se ao lado, numa posição vantajosa que lhe permita intervir, se necessário. Se as circunstâncias exigirem prende-se o suspeito após a sua identificação (Fig 2). Quando se tratar de um criminoso ou suposto criminoso, será aconselhável aproximar-se do mesmo de arma em punho, mantendo-se a arma fora de seu alcance. Há necessidade de serem tomadas todas as precauções a fim de ser evitada qualquer surpresa.

d. Abordagem de um Grupo — Ao aproximar-se de um grupo com a intenção de efetuar uma prisão deve-se agir com a máxima cautela, evitando-se sempre que o grupo fique em posição vantajosa. Ao efetuar esta ação os elementos da PE deverão guardar tal distância entre si que lhes garanta liberdade de ação, e

que não permita a intromissão dos suspeitos entre dois deles. Quando se tiver que interrogar um ou mais elementos de um grupo dever-se-á, Primeiramente, afastá-los do grupo e ouvi-los, um a um, separadamente. Ham o grupo inteiro, deve-se inicialmente, assegurar-se de que dispõem da força necessária seja da própria PE, seja da polícia civil, ou ainda de outra organização militar. Se houver resistência do grupo a ser preso e o pessoal disponível não for suficiente, um PE deverá ser enviado em busca de auxílio.

e. Abordagem de um Edifício — Quando houver necessidade de se efetuar a abordagem de um edifício, residência ou estrutura similar, no interior do qual ocorreu um incidente, o pessoal da PE deverá verificar se dispõe de autoridade para penetrar naquele local, se a força disponível é suficiente e, finalmente, se foram tomadas as precauções necessárias a fim de evitar que pessoas inocentes sejam feridas, no caso do emprego de armas de fogo. Deverá ainda:

- (1) Observar todas as entradas e saídas e quais oferecem maiores vantagens.
- (2) Verificar o número e a atitude das pessoas que moram no prédio para ser feita uma previsão e uma preparação com o objetivo de enfrentá-las no caso de necessidade.
- (3) Informar, se o tempo permitir, ao chefe imediato, a intenção do penetrar no edifício e pedir o reforço que julgar necessário.
- (4) Antes de passar por uma porta, colocar-se ao lado da mesma, para obter proteção, na eventualidade do suspeito abrir fogo (Fig 3).
- (5) Após penetrar no edifício manter-se dentro da distância de apoio de outro P E. Enquanto um investiga o incidente, o outro permanecerá alerta e em constante observação, e sempre preparado para prestar auxílio imediato.



Figura 3. Procedimento na entrada de um prédio

f - Abordagem de um Veículo — A maneira de proceder será descrita no C 19-26 — Controle de Trânsito.

50. INTERROGATÓRIO PRELIMINAR

a. Quando se interrogar uma pessoa, e sua identificação e respostas esclarecerem satisfatoriamente as razões de sua presença no local e afastarem qualquer razão de suspeição, dever-se-á aproveitar a oportunidade para explicar a necessidade do interrogatório e da identificação (Ver parágrafos 59 e 70 a).

b. Quando dois ou mais suspeitos tiverem de ser interrogados, eles deverão ser imediatamente separados, a fim de evitar que entrem em acordo e combinem a mesma versão. Os suspeitos geralmente contam a verdade, quando não lhes é dada a oportunidade de ligação com seus cúmplices (Ver parágrafos 59 e 70 a).

51. ORDENS POR VOZ

A entonação e a maneira pela qual se dá uma ordem devem se apropriadas aos fins desejados e às circunstâncias. As ordens devem ser emitidas em linguagem simples e concisa, com a finalidade de facilitar o seu entendimento. A entonação com que é pronunciada deve ser convincente e dar a impressão de que realmente se espera obediência. Ao dirigir-se a uma pessoa amedrontada, uma atitude amistosa combinada com a de firmeza pode evitar dificuldades. Ao tratar com pessoas que neguem qualquer colaboração, o emprego de uma atitude autoritária e da força poderá ser fundamental. As ordens devem ser de tal natureza e conteúdo que seus resultados sejam exatamente os desejados e nada mais do que isso.

a. **Ordens Iniciais** — Cada prisão é um problema específico e requer ordens adequadas à situação. "Levante as mãos" pode ser a ordem inicial apropriada a uma prisão, mas em outras situações "Conserve as mãos baixas", "Não se mova", ou ainda "Mova-se para a direita" podem ser mais adequadas para a obtenção dos resultados desejados. Uma ordem deve ser dada de tal forma que sua execução nunca proporcione vantagens ao preso. Como exemplo, não deverão ser, dadas ordens que lhe facilitem aproximar-se de uma arma, enquanto ele executa, aparentemente, o movimento que lhe foi prescrito.

b. **Ordens Subseqüentes** — Uma ordem inicial poderá ser seguida por outras complementares que obrigarão o preso a efetuar uma série de ações desejadas com a principal finalidade de evitar que este surpreenda o encarregado de efetuar a prisão. Tais ordens devem ser emitidas cuidadosamente, impedindo a realização de movimentos inesperados, exceto em evidente desobediência às ordens dadas.

c. Prisão de Pessoas Armadas — Ao se efetuar a prisão de pessoas armadas, ou que se julgue estarem armadas, a atitude e as ordens dadas são de capital importância e exigem um exame cuidadoso da situação. Um indivíduo perseguido há longo tempo pode ser muito perigoso, mas a sua confiança pode ser obtida por uma aproximação amistosa, o que poderá resultar num rápido desarmamento. Um criminoso pode corresponder favoravelmente a uma firme advertência que lhe mostre as vantagens de sua rendição. Mesmo que a atitude e as advertências do captor produzam os efeitos desejados, a sua vigilância não deverá ser relaxada. Continuará dando as ordens necessárias com clareza e precisão, até que o objetivo de desarmar e prender o suspeito seja atingido.

52. DETENÇÃO PARA INTERROGATÓRIO

a. Militares — O PE poderá exigir de todos os militares, em qualquer circunstância, a apresentação do documento de identidade. Quando as circunstâncias aconselharem poderá também exigir a apresentação da permissão para circular ou permanecer na área. Quando um militar for suspeito de haver cometido, estiver cometendo ou na iminência de cometer uma violação à Lei e ao Dever Militar, poderá ser detido e interrogado sobre assuntos relativos a violação (ver parágrafos 26 e 27). O período de detenção para interrogatório não poderá ser maior do que o estritamente necessário para confirmar ou levantar as suspeitas do caso em questão. Todas as pessoas usando o uniforme do Exército Brasileiro estão sujeitas à Disciplina e ao Dever Militar. O uso indevido do uniforme por pessoas que para isso não estejam autorizadas constitui crime militar e seus autores devem ser presos em flagrante.

b - Civil no Interior de Áreas Militares — Com o objetivo de manter a Lei e o cumprimento das ordens nas áreas sob jurisdição militar, o PE poderá deter e interrogar qualquer civil cujo procedimento assim o exija.

53. USO DA FORÇA

O uso da força para a efetivação de uma prisão, só é justificado quando há resistência por parte do preso. Nestas circunstâncias, o PE pode solicitar o auxílio de outras pessoas, empregar o cassetete, armas de fogo ou tomar outras medidas de repressão.

a. O uso da força deve ser o mínimo necessário para a efetivação da prisão. O uso excessivo da força resultará em responsabilidade legal, com a punição correspondente. A extensão das medidas de força a serem empregadas são limitadas às necessárias para a detenção do transgressor, para subjugar sua resistência, impedir sua fuga ou executar a recaptura, no caso da fuga se consumar.

Ninguém poderá justificar o uso desnecessário da força e de ameaças de violência, nem do emprego de processos que possam resultar em desnecessário perigo a integridade do transgressor.

b - Defesa Pessoal — A habilidade no emprego de determinados métodos de defesa e determinados processos de condução de presos será sempre útil ao PE (Capítulo 6).

c. Uso do Cassetete — O cassetete é utilizado somente em determinadas situações. Aprende-se, pelo treinamento, a usá-lo com a mão esquerda, o que deixará a mão direita livre para o eventual emprego da arma. Nunca se deve retirar o cassetete do cinto, sem uma real necessidade de empregá-lo.

(1) Segurar o Cassetete — Segura-se o cassetete colocando a alça no polegar da mão esquerda, em seguida vira-se a mão para baixo o que fará com que a alça fique sobre as costas da mão; empunha-se então o cassetete. No caso da alça ser muito comprida gira-se o cassetete em torno da mão, até que aquela fique firmemente apertada. Se o cassetete for segura desta maneira, sua mão não estará presa ao mesmo, o que impedirá que o golpe para tirar o equilíbrio seja bem sucedido.

(2) Emprego normal — O cassetete é usado normalmente como uma extensão do braço e nunca um "cacete". Ao atingir-se um adversário deve-se fazê-lo com a intenção de imobilizá-lo temporariamente, jamais com a intenção de feri-lo. Na sua utilização procura-se atingir os músculos de qualquer um dos ombros do adversário. Os ataques cruzados devem ser dirigidos ao antebraço, a canela ou a parte traseira das pernas. Aplica-se também golpes contra as costas e o abdômen, porém deve-se tomar o máximo cuidado para que estes golpes não causem ferimentos internos. Em recintos apertados segura-se o cassetete com, ambas as mãos para empurrar, golpear ou fazer retroceder pessoas que venham contra o PE.

(3) Emprêgos especiais

(a) Estrangulamento — Para aplicar este golpe faz-se a aproximação pelas costas do adversário e passando o cassetete por cima do ombro direito e pela frente do pescoço, estende-se o braço direito sobre o ombro esquerdo, para segurar a extremidade livre do cassetete. Em seguida, chega-se os braços o mais perto possível do pescoço do adversário (Fig 4). Maior pressão será obtida levantando-se os cotovelos. Este golpe serve para imobilizar uma pessoa enquanto outra realiza sua revista e, também, para retirar rapidamente de um local toda pessoa que tente oferecer resistência.



Figura 4. Uso do cassetete no estrangulamento.

(b) **Condução de Presos** — O Cassetete também pode ser empregado para fazer com que pessoas acompanhem o PE a pequenas distâncias. Para aplicar este golpe deve-se manter o braço direito do adversário esticado à altura do ombro. Pegar sua mão e torcê-la para baixo ou para trás. Colocar o cassetete obliquamente, por baixo do braço, sobre o ombro e por trás do pescoço. Pressionar o punho do cassetete contra um ponto mais ou menos a 7cm acima do cotovêlo (Fig 5). Com a mão direita; o PE continua a torcer a mão do adversário.

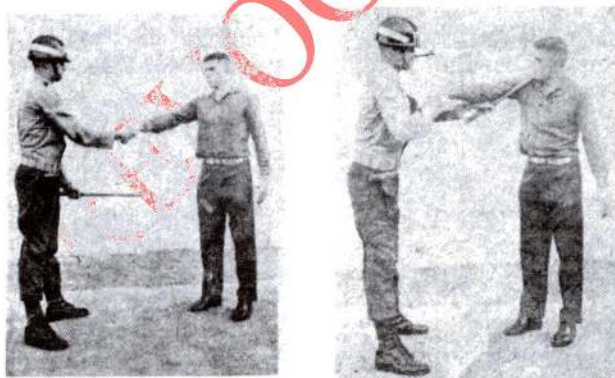


Figura 5. Uso do cassetete na condução de presos

(c) **Como algemas** — O cassetete poderá ser usado como algemas para imobilizar uma pessoa. Para tal, colocar as mãos da mesma unidade, para baixo e às costas. Em seguida enfiá-las na alça do cassetete. Girar o punho deste para baixo por entre as mãos do prêso. Pressionar a extremidade do cassetete contra a espinha do homem, erguendo o punho da arma que deverá estar seguro pela mão esquerda do captor. Nesta situação, o preso não poderá soltar-se sem que a pressão para cima seja aliviada.

d. Emprego das Armas de Fogo

(1) Normalmente a pistola será conduzida no coldre, com o carregador municiado, porém sem cartucho na câmara.

(2) A arma deverá estar pronta para ser usada em missões especiais tais como: prisão de pessoas que praticaram assalto a mão armada, procura de suspeitos armados, patrulhas em áreas hostis.

(3) O emprego de armas de fogo requer especiais precauções e nunca se deve esquecer que somente em casos de extrema necessidade se justifica ferir ou tirar a vida de alguém. O discernimento da necessidade e oportunidade do emprego da arma cabe unicamente a seu portador, que, para isso, deverá conhecer a Lei e as justificativas para esta utilização. Como a Polícia do Exército poderá atuar em território estrangeiro, seus integrantes deverão também estar a par das Leis do país em que se encontrarem, no que diz respeito ao emprego das armas de fogo. No Brasil, se justificará o emprego da arma em legítima defesa própria ou de terceiros, ou no estrito cumprimento do dever legal.

(4) Antes de atirar numa pessoa deve-se considerar a necessidade de fazê-lo e se realmente esta ação evitará mal maior. As circunstâncias da situação e a missão recebida deverão ser consideradas antes de utilizar a arma. Por exemplo na Zona de Combate, em áreas de insurreição e de sabotagem ativa nas missões de segurança de instalações ou na captura de criminosos haverá sempre maiores razões para o uso das armas de fogo do que no tempo de paz ou na execução de patrulhas em terminais de passageiros. Não se deverá atirar com o objetivo de assustar, nem quando houver possibilidade de atingir outras pessoas ou produzir danos materiais. No caso de uma pessoa não atender a ordem de prisão, antes de atirar considerar se a situação justifica tal procedimento.

54. USO DE ALGEMAS

a. As algemas são empregadas em pessoas violentas, ou quando se supõe que pessoas calmas tornar-se-ão violentas. Quando se usa algemas deve-se dar duas voltas na chave". As algemas são empregadas somente para imobilização temporária. Uma pessoa algemada não está completamente indefesa, poderá usar suas pernas, cabeça, corpo, e dentro de certos limites, até seus próprios braços. Há muitas maneiras de se abrir algemas sem o uso da chave, portanto não se pode relaxar a vigilância sobre um indivíduo, simplesmente por tê-lo algemado.

b. Para algemar um indivíduo, suas mãos são, geralmente colocadas às costas palmas para fora (Fig 6). Se ele estiver sentado, e se desejar imobilizá-lo,

deve-se algemá-lo com as mãos por baixo dos joelhos. Quatro pessoas poderão ser presas a dois pares de algemas. Para isto coloca-se a corrente de um par sobre o punho direito de um dos presos e dentro de uma argola da outra algema, prende-se a corrente e o punho. Para prender as outras três pessoas, bastará colocar os punhos dos respectivos braços direitos dentro das três argolas restantes (2, Fig 8).

c. Para se algemar uma pessoa após a revista, deve-se obrigá-la colocar sua mãos com as palmas para fora, sobre as costas e em seguida, colocam-se seus punhos nas algemas, fechando-se com a chave. Quando se tiver que algemar pessoas que foram revistas debruçadas contra uma parede, estas assim permanecerão, suas cabeças deverão ficar encostadas contra a parede e suas mãos colocadas para trás; seus punhos serão introduzidos nas algemas, que então serão trancadas.

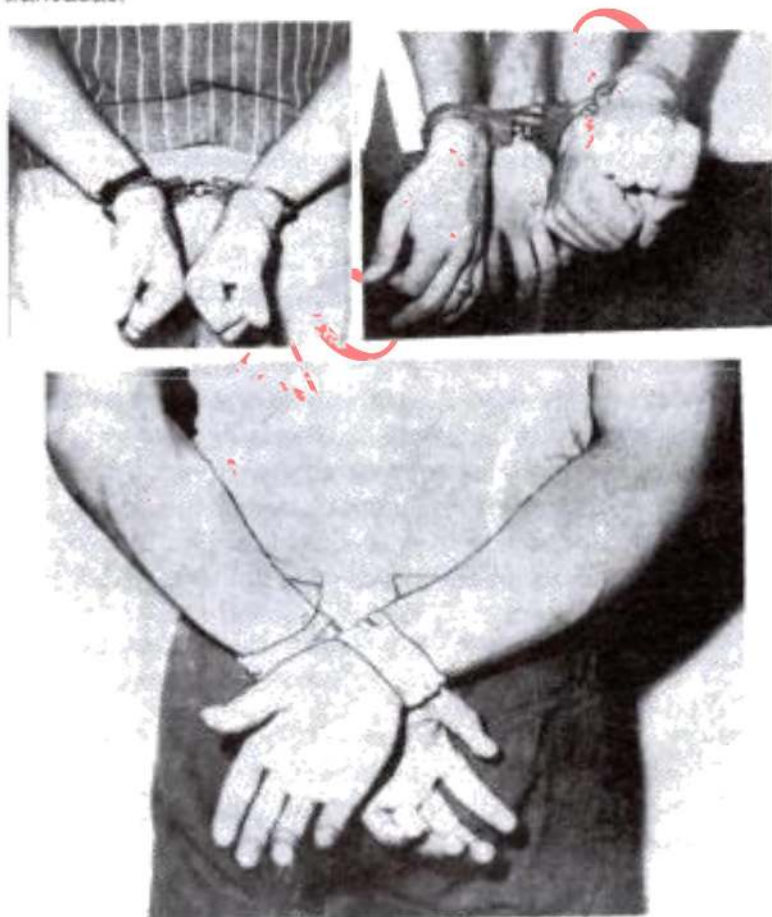


Figura 6. Uso de algemas

d. No caso do PE não dispor de algemas poderá empregar uma gravata ou um cinto. Para isto, deverá dar várias voltas com a gravata ao redor dos punhos do preso, cruzando diversas vezes entre as duas mãos, dando no final um nó. Este deve ser feito em cima das mãos, de tal maneira que seja inacessível ao preso. Obtém-se maior segurança amarrando, no final, a gravata ao cinto do preso (3, Fig 6).

55. REVISTA DE PESSOAS SOB CUSTÓDIA

Geralmente, as pessoas presas são imediatamente revistas. O principal objetivo é retirar qualquer arma que tenha em seu poder. Quando se tratar de mulheres a revista não poderá ser feita por homens e se o pessoal feminino apropriado para efetuar estas revistas não estiver presente, deverá a mesma ser adiada até que esta condição seja preenchida (Parágrafo 58 e 58b). Durante a realização de uma revista inicial, a maior precaução é necessária, devendo o PE estar sempre prevenido contra atos de surpresa ou reações perigosas. As medidas de precaução devem ser mantidas permanentemente, desde o momento em que a pessoa for presa, até o seu encaminhamento final. Durante a revista, o policial auxiliar jamais deverá encostar sua arma no indivíduo que estiver sendo revistado. A revista inicial (normal ou de parede), é preventiva. Uma revista completa deverá ser feita quando o indivíduo chegar a prisão.

a. **Revista Normal** — É uma revista rápida no suspeito, com a finalidade de verificar se existem em seu poder armas perigosas ou provas de violação da Lei (Fig 7). De preferência, ela deverá ser feita na presença de um auxiliar e de testemunhas. A pessoa que está sendo revista deverá estar de costas para o PE que o está revistando o auxiliar ficará numa posição tal que ele possa cobrir o suspeito com sua pistola. Este deverá ser obrigado a erguer os braços, enquanto o PE, deslizando as mãos sobre o seu corpo, irá apalpando para localizar armas escondidas. Deverá ser procedida uma revista de parede se for encontrada alguma arma ou se outras circunstâncias indicarem a sua necessidade (letra b abaixo). Após o término da revista, o suspeito poderá ser algemado como descreve o § 54.

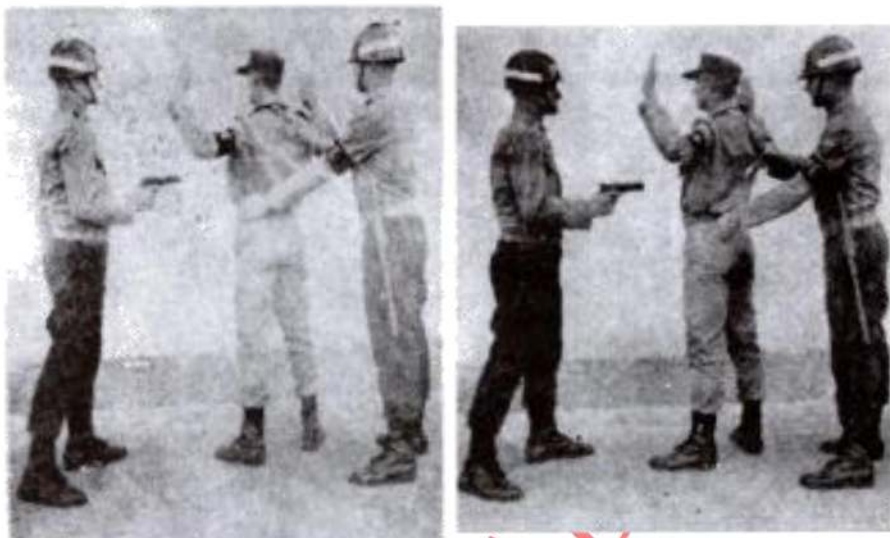


Figura 7. Revista normal

b. Revista de Parede — Quando se julgar necessário deverá ser efetuada uma revista de parede (Fig 8). Baseada no princípio de que o infrator se tornará inofensivo quando colocado em posição cansativa e incomoda a revista de parede dá, a quem revista, um maior grau de segurança e é particularmente indicada quando dois policiais tiverem que revistar vários suspeitos. Qualquer superfície vertical tal como uma parede ou a parte lateral de uma viatura poderá ser utilizada. A revista de parede é realizada da seguinte maneira:

(1) **Posição do infrator** — Coloca-se o infrator de frente para a parede ou outra superfície vertical, apoiado sobre a mesma com as mãos afastadas e com os dedos abertos. As pernas deverão ser mantidas esticadas e bem abertas, os pés paralelos o mais afastados possível da parede, e a cabeça baixa.

(2) **Posição do auxiliar** — O auxiliar deverá ficar do lado oposto ao revistador e à retaguarda do suspeito que deverá estar coberto por sua pistola, (carregada e travada). Se o PE que executa a revista mudar de posição, isto é, passar para o outro lado do suspeito, o auxiliar deverá fazer o mesmo, movendo-se em sentido inverso. O revistador dará a volta por trás do auxiliar devendo evitar ficar entre este o suspeito.

(3) **Posição do revistador** — O revistador manterá sua arma no coldre e se aproximará do prêso pelo lado, colocará seu pé direito em frente ao pé direito do suspeito e manterá os dois tornozelos unidos, o que lhe possibilitará passar uma rasteira se o suspeito oferecer resistência. Se a revista estiver sendo efetuada pelo lado esquerdo logicamente os tornozelos esquerdos serão os que deverão permanecer unidos.



Figura 8. Revista de parede.

(4) **Técnica da revista** — Tomando a posição inicial (3), o revistador deve permanecer alerta contra uma possível reação do elemento que esta sendo revistado, que poderá tentar desarmá-lo ou mesmo agredi-lo. O revistador inicialmente tira a cobertura do suspeito; Ao revistá-la deve prestar especial atenção às áreas sob a aba e da costura, colocando a em seguida no chão perto do auxiliar. A cobertura poderá, ser usada para receber os objetos encontrados em poder do suspeito. Em seguida, deve-se revistar as mãos, braços, lado direito do corpo, e perna direita, apalpando a roupa do suspeito com as mãos, realizando uma revista minuciosa. Deve-se prestar uma atenção especial nos braços, costas e cano de coturnos. Se uma arma como navalha faca, sôco inglês pistola ou qualquer objeto contundente ou ainda qualquer prova, for encontrada deverá ser colocada no chão, junto à cobertura. Os demais objetos, que não sejam considerados como arma ou prova, deverão ser recolocados no bolso do suspeito. No caso deste resistir ou tentar escapar e tiver de ser Jogado ao solo, a revista deverá ser repetida, desde o começo. Quando a revista estiver terminada, o suspeito poderá ser algemado, se for necessário.

c. Revista em Mais de um Suspeito — Quando houver necessidade de revistar dois ou mais suspeitos deve-se obrigá-los a tomar a posição da letra b. (1) acima, todos debruçados contra a mesma parede, porém afastados um do outro de maneira a não poderem se tocar (Fig 9). O auxiliar tomará sua posição alguns passos à retaguarda, com a sua arma em punho. Inicia-se a revista pelo suspeito que estiver à direita, e quando terminar de revistá-lo deve-se fazê-lo trocar de posição; o que fará com que o revistador jamais fique entre um suspeito e o auxiliar.



Figura 9. Revista de mais de um suspeito

d. Revista Completa — A revista completa poderá ser feita em um Posto de Polícia do Exército ou em outro lugar designado. É geralmente necessária quando o indivíduo for suspeito de haver cometido tráfico de narcóticos. Houver possibilidade de estar esquecendo uma arma, ou antes de encarcerá-lo. A revista deverá ser feita em recinto fechado, tal como um quarto ou barracão fechado. Dois PE desarmados fazem a revista, enquanto que um armado ficará de guarda do lado de fora. Um escaninho é providenciado para guardar os pertences do suspeito. Sua roupa, inclusive seus sapatos, são revistados cuidadosamente. É feita também uma revista na pessoa, inclusive sua boca, nariz, ouvidos, axilas, cabelo, região sacra e áreas que possam servir de esconderijo. Os objetos retirados do suspeito serão encaminhados de acordo com as normas locais.

56 TRANSPORTE E LOCALIZAÇÃO DE PESSOAS SOB CUSTÓDIA

a. Quando houver necessidade do PE transportar pessoas sob sua custódia deverá assegurar-se inicialmente de que no compartimento em que elas viajam não

se encontram objetos que possam ser empregados como arma. A caixa de ferramentas e o porta-luvas da viatura deverão estar trancados. As pessoas sob custódia, não serão presas ao veículo por algemas ou outros meios mas serão colocadas em locais que facilitem a vigilância.

b. A responsabilidade de condutor cessará somente quando entregar os presos em um Posto da Polícia do Exército. A entrega deverá ser feita através do sargento escrivão ou do oficial de serviço e de acordo com as normas do posto. Um registro referente a entrada de pessoas sob custódia será feito no livro de ocorrências do posto.

57. DETENÇÃO TEMPORÁRIA

a. **Generalidades** — Normalmente a PE recolherá pessoas cuja custódia permanente não lhe é atribuída. Incluem-se entre estas os militares presos pelas patrulhas durante a jornada, por necessidade da disciplina, os presos em flagrante delito aguardando nota de culpa e, ainda, os recolhidos para averiguações. Tais indivíduos, poderão ter destinos diferentes. Uns serão entregues às escoltas de outras Unidades, outros serão libertados. Os presos em flagrante, após a nota de culpa, deverão ser remetidos ao lugar mais conveniente para aguardar o processo.

b. **Prisões Adequadas** — A PE deverá manter uma prisão especialmente destinada a detenção temporária, independente da prisão para presos disciplinares e da destinada a condenados ou submetidos a processos criminais. Uma prisão para detenção temporária deverá oferecer condições de segurança semelhantes às demais, entretanto suas instalações poderão ser mais sumária sempre, porém, condizentes com a dignidade humana.

c. **Registros e Relatórios** — Para cada prisão temporária efetivada caberá a confecção de um relatório que mencione as circunstâncias da prisão e o fim dado ao preso (ainda que liberado por não ser considerado culpado de crime ou transgressão disciplinar). Deverá ainda ser providenciada a abertura de uma ficha de referência e realizado o registro no livro de ocorrências do posto onde for recolhido.

58. PRISÃO, REVISTA, ESCOLTA E DETENÇÃO DE MULHERES

a. **Prisão** — Ao prender pessoas do sexo feminino deve ser evitado o emprego desnecessário de força. Deve-se agir com cautela para evitar situações que poderão ser embaraçosas tanto para o PE como para elas.

b. **Revista** — Não se poderá revistar uma mulher. Espera-se até ser providenciado um médico, a polícia feminina, ou outra mulher em condições de fazer

tal revista. Poderão ser revistadas a bolsa, a bagagem e o casaco que estiverem em poder da suspeita. Ainda no local da detenção deverão ser obtidos os nomes e endereços das testemunhas, a fim de evitar-se acusações falsas quanto ao tratamento dispensado à detida. Antes de abandonar o local da ocorrência para retomar ao posto, o PE deverá comunicar-se com o mesmo e solicitar que se registre a hora de sua partida. É sempre aconselhável que mais de um policial fique junto à pessoa detida durante todo o tempo, enquanto a presença da Polícia Feminina não for possível. Uma vez no Posto de Polícia do Exército todas as providências necessárias deverão ser tomadas no sentido de que a prisioneira possa ser encaminhada à autoridade superior ou para a prisão feminina mais próxima. As mulheres não poderão permanecer detidas junto com homens (§ 55 e 108b).

59. DIREITOS DAS PESSOAS INTERROGADAS

Antes de interrogar pessoas sob custódia deverão ser preenchidas e observadas as formalidades legais abaixo enumeradas:

- a- Os militares deverão ser informados sobre os seus direitos constantes do CJM.
- b. Os civis sujeitos ao CJM deverão ser informados dos seus direitos, constantes do CJM.
- e. Os civis não sujeitos ao CJM, deverão ser informados dos seus direitos constitucionais.

60. MENAGEM

As pessoas presas submetidas a processo, quando acusadas de crimes cuja pena máxima seja inferior a 4 anos, poderá ser concedida menagem, isto é, liberdade para que possa locomover-se dentro de área limitada. A menagem é concedida:

a. **Ao oficial** — Em acampamento, navio, cidade ou lugar em que se achar ou lhe for designado.

b. **A qualquer outro acusado** — No interior do quartel ou estabelecimento a que pertencer ou lhe for designado.

c. A pessoa que no gozo da menagem deixar de comparecer, sem causa justificada, a qualquer ato judicial para o qual tenha sido notificado, ou tenha deixado de ser notificado por se furtar a isto, ou ainda, que se ausentar do local que lhe foi designado, será preso sem prejuízo de outras responsabilidades penais que motivar. A menagem cessa com a sentença condenatória (Ver art 157, 158 e 159 do CJM).

61. PRISÃO

Para este assunto, consultar o RDE (Art 47, 48 e 49 parágrafo único) e CJM (Art 115 e 156 § 1, 2, 3 e 4).

ARTIGO VI

CADERNOS DE ANOTAÇÕES E RELATÓRIOS

62. FONTES DE INFORMAÇÃO

Os informes necessários para a confecção de um relatório deverão ser obtidos previamente usando-se. Se uma das seguintes fontes:

- a. Pesquisas no local da ocorrência (veículos, objetos, armas e outros indícios).
- b. Observação e declaração das vítimas e indiciados.
- c. Testemunhas.
- d. Informações de outros órgãos especializados, tais como a polícia civil, de outras Forças Armadas, etc.
- e. Depoimento de médicos que tenham prestado serviços a vítimas ou ao indiciado.
- f. Pessoas que estejam em condições de fornecerem dados complementares.
- g. Documentos, objetos ou outros indícios em poder das vítimas ou do criminoso.
- h. Ligações dos suspeitos ou vítimas no local da ocorrência.

63. USO DO CADERNO DE ANOTAÇÕES

a. Deverão constar do "Caderno de Anotações" as informações básicas para a execução da missão e o registro das observações que permitirão a confecção de um relatório completo das ocorrências. O detentor do caderno deverá efetuar de próprio punho os seguintes registros:

(1) O seu nome, graduação e endereço de sua Unidade, os quais permitirão a restituição do caderno, em caso de extravio.

(2) Informações atualizadas referentes a ordens de serviços, telefones mais usados, endereços de hospitais, telefones públicos, etc; listas de pessoas veículos e objetos procurados, perdidos, desaparecidos ou roubados e que sejam causa de sindicância; formulários de quesitos a serem preenchidos em diferentes tipos de ocorrências.

(3) Anotações referentes à execução de cada serviço:

(a) Data e hora do início e término do serviço; missão, nome de companheiros de equipe ou do superior imediato; ocorrências havidas, mesmo aquelas em que não tenha sido necessário tomar qualquer ação.

(b) No caso de ocorrências importantes deverão ser anotados os nomes completos e endereços de todas as pessoas envolvidas, preparando-se, também, uma síntese dos fatos que deverão responder aos seguintes quesitos: QUE, ONDE, QUANDO, PORQUE e COMO.

b. As anotações constantes do caderno servirão para preparar o relatório de serviço; feito o relatório deverá ser ele entregue ao Sargento de serviço no posto. É importante lembrar que fatos aparentemente sem significado para o soldado, poderão levar o Chefe de Polícia a conclusões importantes.

64. FINALIDADE DOS RELATÓRIOS

a. O PE prepara os relatórios com a finalidade de:

(1) Registrar fatos e informes que poderão ser empregados como base para futuras ações.

(2) Informar ao Chefe de Polícia sistematicamente sobre todas as ocorrências.

(3) Fornecer informações para relatórios estatísticos.

(4) Auxiliar o Chefe de Polícia no seu planejamento para a prevenção ao crime e o cumprimento da lei.

b. Um relatório será preciso e completo, quando preencher os requisitos acima. Correta redação e pronta remessa através dos canais competentes, dos relatórios preparados, constituem necessidades fundamentais à atuação da Polícia do Exército.

65. PREPARAÇÃO DE RELATÓRIOS

a. O Chefe de Polícia, normalmente, prescreve para as Unidades sob sua supervisão os tipos de relatórios e os métodos a serem seguidos na sua confecção. No entanto, uma descrição fiel da ocorrência em forma de narrativa é, normalmente, necessária. As ocorrências devem ser relatadas em ordem cronológica e escritas com linguagem simples, clara e concisa.

b. Na preparação de um relatório deverão ser cuidadosamente estudadas as anotações; reunidos, analisados, e avaliados todos os itens do informe, lembrando-se sempre que deverá incluir os aspectos fundamentais da ocorrência registrada, das circunstâncias em que ela se verificou e das pessoas que estiveram envolvidas. Ao seu término, o relatório deverá ser comparado com os informes verificando-se na oportunidade, se responde às perguntas básicas: QUEM, O QUE, AONDE, QUANDO POR QUE, e COMO. O relatório poderá ser curto, porém deverá ser tão completo quanto possível, indicando claramente quais os pontos que permanecem obscuros e incompletos, para que sejam objeto de investigações posteriores.

ARTIGO VII

ASSISTÊNCIA A INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS

66. GENERALIDADES

Os investigadores criminais da Polícia do Exército são responsáveis pela investigação de certas ocorrências de acordo com os regulamentos e as normas locais. Estas ocorrências, constantes do arquivo do Chefe de Polícia, serão discutidas no período de treinamento e por ocasião das instruções finais.

67. ASSISTÊNCIA

a. **Guarda do Local do Crime** — Em ocorrências graves, muitas vezes, o PE é a primeira autoridade policial a chegar ao local, por isso sua ação ali é importante para o bom êxito das investigações. Haverá necessidade de proteger o local para evitar que peças relacionadas com a ocorrência sejam removidas, destruídas, deslocadas ou escondidas, e também para impedir que testemunhas, vítimas, ou suspeitos se afastem do local, até o momento em que a responsabilidade da ocorrência seja transferida a outra autoridade, da própria PE ou de outra organização. Isto possibilitará aos investigadores coletar, marcar e avaliar provas, bem como, entrevistar testemunhas e pessoas envolvidas. Quanto à proteção das áreas de ocorrência em país amigo, veja o § 25b. Ao guarda do local de uma ocorrência cabe:

(1) Afastar da área pessoas que não tenham relação com o incidente.

(2) Vigiar o local evitando a entrada de pessoas não autorizadas.

(3) Proteger contra o mau tempo e a intromissão de pessoas estranhas, todas as provas, tais como impressões digitais, pegadas, marcas de pneumáticos, fragmentos de vidro e outros objetos que tenham relação com a ocorrência.

b. Primeiros Socorros — Ao prestar os primeiros socorros às pessoas feridas (§ 34b) não se deverá alterar o local da ocorrência mais do que o estritamente necessário.

c. Prender o Infrator — Se a pessoa que obviamente, tenha cometido a violação, estiver no local, deverá ser colocada sob custódia (§ 26 e 27).

d. Anotar Informações — O PE deverá anotar na sua caderneta o nome e endereço das testemunhas e vítimas, e ainda solicitar a permanência destas no local da ocorrência. Em seguida fará anotações relativas à ocorrência, principalmente de fatos de natureza transitória, tais como cheiros estranhos, côr de fumaça, posição de objetos e comentários sobre a ocorrência feitos na excitação do momento.

e. Relatar Informações

(1) Quando os investigadores chegarem ao local deverão receber as informações disponíveis sobre a ocorrência e sobre tudo que já foi feito pela Polícia do Exército. A caderneta de anotações não deverá ser entregue aos investigadores, pois será necessária para a confecção do relatório sobre a ocorrência.

(2) Fornecer informações sobre o crime ou ocorrência somente aos superiores funcionais, ao pessoal encarregado de investigar a ocorrência, de prestar auxílio médico, ou de executar missões de combate ao fogo no local. Os repórteres e outros civis deverão ser encaminhados ao Comandante ou ao Oficial de Relações Públicas.

ARTIGO VIII

INVESTIGAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

68. GENERALIDADES

As normas baixadas pelas autoridades militares da área estabelecerão quais as ocorrências cuja completa investigação deverão ser procedidas pela Polícia do Exército durante as missões de patrulha. As ocorrências especificada nesta categoria serão apresentadas nas sessões de instrução. As técnicas a serem

empregadas nas respectivas investigações são, geralmente, as mesmas usadas pelos investigadores criminais da PE.

69. PROVAS

Prova é qualquer objeto ou fato que direta ou indiretamente concorra para determinar a verdade de um assunto relacionado à ocorrência que estiver sendo investigada. Poderá consistir de objetos físicos, tais como roupas, armas, cacos de vidro e fotografias; ou ainda, depoimentos verbais Ou escritos.

70. INTERROGATÓRIO DE PESSOAS

O tratamento que se dispensar à uma testemunha, vítima, ou suspeito, antes e durante o interrogatório terá grande influência sobre o volume de Informações obtido. Tato, diplomacia, cortesia, paciência e poder de insinuação, são fatores essenciais para se obter a cooperação da pessoa que se está interrogando. Somente se deverá procurar obter fatos relacionados com a ocorrência.

71. DECLARAÇÕES POR ESCRITO

O Interrogatório ou depoimento de uma pessoa deverá sempre ser escrito assinado e iniciar-se com referências que qualifiquem o depoente ou Interrogado. Quando este não tenha informação a prestar sobre a ocorrência, se recuse a responder perguntas ou a assinar depoimento por escrito, dever-se-á registrar este fato com assinatura de testemunhas.

72. PRISÃO

Se a natureza do incidente requer a prisão do suspeito, este deverá ser colocado sob custódia, de acordo com os par 26 e 46

73. PREPARAÇÃO DE UM RELATÓRIO

Após completar as investigações dever-se-á preparar um relatório, que deverá ser completo e cuidadosamente confeccionado. Os relatórios serão submetidos ao Sgt Escrivão de Serviço para apreciação. Os depoimentos escritos obtidos deverão ser anexados ao relatório,

ARTIGO IX

TESTEMUNHAS EM TRIBUNAIS OU CONSELHO DE JUSTIÇA

74. PREPARAÇÃO

Quando for solicitado a depor como testemunha num Tribunal ou Conselho de Justiça, o P E deverá assegurar-se de que está preparado para cumprir o seu dever.

a. **Apresentação** — A sua apresentação pessoal deve ser impecável e de acordo com o elevado conceito em que é tida a Polícia do Exército.

b. **Recapitulação, de Informação** — Para reavivar a memória deverá consultar suas notas e o arquivo do Chefe de Polícia que contenha os fatos relacionados com a ocorrência a ser apresentada no Tribunal.

75. COMPORTAMENTO

O militar que servir de testemunha perante um Conselho de Justiça deverá observar as normas e procedimentos dos Tribunais Militares. Quando chamado ao banco de testemunhas deverá aproximar-se da mesa de maneira militar, tomar a posição de sentido e apresentar-se ao Presidente do Conselho. Cumprirá as determinações deste, fará juramento e sentar-se-á no banco das testemunhas quando for autorizado. Ao ser dispensado aproximar-se-á do Presidente, tomará posição de sentido, fará meia volta e sairá da Sala de Julgamento.

76. PROCEDIMENTO AO TESTEMUNHAR

Ao testemunhar dever-se-a responder às perguntas de maneira calma e digna, falando clara e concisamente, e somente a verdade e com absoluta imparcialidade. Será necessário pensar sobre cada pergunta, para responder somente o que for perguntado, e não manifestar de forma alguma opiniões pessoais, a não ser quando solicitado.

77. EMPREGO DO CADERNO DE ASSENTAMENTOS

Se necessário o caderno de assentamentos poderá ser usado para reavivar a memória, quando servindo como testemunha no Tribunal. Antes de usá-lo deverá ser pedida permissão à mesa, explicando-se ao advogado que formulou a pergunta que, para respondê-la, seria desejável consultar o caderno de assentamentos para reavivar a memória; o advogado pedirá a permissão da corte. Após ter consultado a caderneta, o PE empregará suas próprias palavras e não deverá ler as suas anotações em voz alta.

ARTIGO X

CONTROLE DE TRÂNSITO PELA PE

78. DEFINIÇÃO

O controle de trânsito pela Polícia do Exército consiste em zelar pelo cumprimento dos regulamentos militares de trânsito nas rodovias, investigar acidentes de trânsito que envolvam viaturas ou pessoal militar, e dirigir movimentos motorizados, a pé ou hipo. Constitue um sistema de controle destinado a preencher os requisitos militares para movimentação segura e eficiente do tráfego.

79. NECESSIDADE DO CONTROLE DE TRÂNSITO

As forças em combate precisam se movimentar e ser supridas com rapidez e precisão. O Exército usa o transporte rodoviário para grande parte de suas operações táticas e de suprimento, e o fluxo eficiente de tráfego nas rodovias depende muito de uma regulamentação e controle eficientes.

80. DEVERES DO POLICIAL DO EXÉRCITO

O Comando exerce o controle do trânsito através de sua Polícia do Exército. Há, pois, necessidade de que o pessoal desta Unidade tenha conhecimentos e entenda os princípios relacionados com o planejamento e o controle do trânsito, e ainda seja eficiente na execução deste serviço. O plano de controle de trânsito, que a Polícia do Exército executa e faz cumprir, é preparado sob a supervisão do Chefe de Polícia.

a. Informações precisas e em tempo sobre as condições da rodovia, serão de grande ajuda na preparação e aplicação do plano. A Polícia do Exército executa este plano desempenhando missões em Postos de Controle de Trânsito, Postos de Fiscalização, Sinalização, Barreiras e realizando serviços de patrulhamento nas rodovias. Para informações pormenorizadas sobre o Controle de Trânsito, veja o manual C 19-25.

ARTIGO XI

CONTROLE DE EXTRAVIADOS E CIRCULAÇÃO

81. EXTRAVIADOS

Extraviados são os militares que, em ação, se separam de suas Unidades sem permissão.

82. CATEGORIAS DE EXTRAVIADOS

Os extraviados geralmente se enquadram nas seguintes categorias:

a. Pessoal que efetivamente se perdeu, porém que verdadeiramente procura reencontrar suas Unidades.

b. Pessoal que não pode ser responsabilizado por suas ações, devido ao seu estado de choque.

c. Pessoal que está fugindo por sentir medo ou outra causa.

d. Pessoal ferido.

83. ORGANIZAÇÕES PARA EXTRAVIADOS

a. A PE exerce o controle de extraviados operando os Postos de Extraviados, que são geralmente ligados por patrulhas e situados ao longo de uma linha, conhecida como linha de extraviados. A localização desta linha, é condicionada pelo tipo de ação que esteja se desenvolvendo. Normalmente, será balizada por acidentes do terreno facilmente identificáveis.

b. Os Postos de Extraviados são estabelecidos ao longo das rodovias principais, desfiladeiros ou outras linhas naturais de movimento para a retaguarda. Em cabeças de praia poderá se tornar necessária a instalação destes postos em uma linha bem avançada a fim de controlar aqueles que tenham missão na praia. Os postos poderão ser localizados, também, perto de instalações médicas integrantes da cadeia de evacuação.

c. As missões dos postos de extraviados poderão ser desempenhadas, simultaneamente, com as dos postos de controle de trânsito. As missões das patrulhas de extraviados poderão ser cumulativas com as atividades de policiamento e controle do tráfego, particularmente em áreas de retaguarda.

d. Onde houver possibilidade de serem encontrados extraviados de diferentes nacionalidades os postos poderão ser operados com pessoal das várias nações interessadas, o que facilitará o processamento dos extraviados

84. EQUIPAMENTO DOS POSTOS

Os Postos de Extraviados, em áreas avançadas ou críticas, devem estar equipados adicionalmente com:

- a. Mapas indicando a localização de instalações e de Unidades.
- b. Equipamento de primeiros socorros.
- c. Rações e equipamentos para confecção de bebidas quentes.

85. TÉCNICAS DE DETENÇÃO DE EXTRAVIADOS

a. **Generalidades** — As pessoas realmente perdidas ou que estejam feridas, e que por estes motivos estejam separadas de suas unidades, normalmente, não se esquivam, mas sim, se apresentam espontaneamente à Polícia do Exército ou a outro pessoal militar, solicitando assistência. Os elementos atordoados ou em estado de choque poderão eventualmente procurar auxílio, tentar escapar à detenção, ou mostrar-se indiferentes à sua situação. Os que desejarem fugir à detenção, e os que no correr da recuperação se mostrarem desesperados e com conduta irresponsável deverão ser desarmados, e mesmo sem arma deverão ser considerados elementos extremamente perigosos.

b. **Detenção de Evadidos** — Os extraviados que se evadem poderão ser descobertos através de cuidadosa observação e investigação sobre a conduta e aparência dos indivíduos nas situações enumeradas a seguir:

- (1) Pessoal de Unidades que não estejam operando na área.
- (2) Pessoal afastado da linha de frente que pertença a Unidades empenhadas ou que recentemente estiveram empenhadas em combate ativo.
- (3) Pessoal de Unidades que recentemente se movimentaram, principalmente quando estes movimentos se derem para a frente.
- (4) Pessoal que proceda de maneira evasiva na presença da P E.
- (5) Pessoal perambulando ao redor de áreas de cozinhas, de suprimento ou parques de viaturas.
- (6) Pessoal usando tipos de uniformes ou de posse de equipamento estranhos à área.
- (7) Viaturas com identificações de Unidades que não estejam operando na área em que forem vistas, ou que sejam observadas transitando a serviço de Unidades a que não pertençam.

(8) Viaturas retornando de áreas avançadas

(9) Militares que freqüentam estabelecimentos de recreação, restaurantes e bares, afastados, ou pouco conhecidos.

(10) Militares que não estejam observando o toque de recolher e os limites de áreas proibidas.

(11) Militares que forem observados na companhia de civis, e afastados de outros militares.

86. REUNIÃO DE EXTRAVIADOS

Os extraviados, uma vez recuperados são geralmente enviados ou levados pela PE a Pontos de Coleta de Extraviados, registrando-se a seu respeito as seguintes informações:

- a. Nome, graduação número, nacionalidade.
- b. Unidade.
- c. Armas que conduz.
- d.. Local e hora onde foi encontrado.
- e. Local de destino.
- f. Local de procedência.
- g. Por que abandonou sua Unidade, e quando esteve com ela pela última vez.
- h. Atitude.
- 1. Outras informações de importância.

87. PROCESSAMENTO DOS EXTRAVIADOS

A finalidade do processamento dos extraviados é reconduzi-los às respectivas Unidades o mais rapidamente possível. O PE deverá examinar todos os extraviados e enviar aqueles que possam interessar ao pessoal encarregado da segurança para interrogatórios mais pormenorizados os extraviados, normalmente, são encaminhados da seguinte maneira:

- a. Os extraviados realmente perdidos deverão ser encaminhados diretamente e sem perda de tempo às suas unidades. Receberão passes, se isso for necessário ou desejável.

b. Os extraviados vítimas de fadiga de combate deverão ser desarmados, tratados do estado de choque, e evacuados através dos canais de Saúde.

c. Os extraviados que estiverem fugindo devem ser devolvidos às suas Unidades devidamente escoltados ou presos, se a situação o requerer. Devem ser tomadas medidas apropriadas de precaução em relação às armas encontradas em seu poder.

d. Os extraviados feridos devem ser levados ou encaminhados à instalação médica mais próxima, dentro da cadeia de evacuação, após terem recebido os primeiros socorros.

88. CONTROLE DE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS

a. A finalidade do controle da circulação é assegurar a observância das restrições sobre a presença ou o afastamento de pessoas, de acordo com os requisitos operacionais militares. A Polícia do Exército executa o controle da circulação de pessoas examinando identidades e documentos de autorização. Os sistemas de passes poderão ser suplementados por determinações do Comando, relativas a áreas proibidas e toques de recolher.

b. As carteiras de identidade das Forças Armadas são fornecidas às militares pela Força à qual pertencem. As carteiras servem somente para identificação, e não constituem um passe.

c. O controle da circulação é geralmente executado simultaneamente com os de trânsito, de extraviados, de policiamento e atividades operacionais similares.

d. Para o controle da circulação de veículos, consulte o C 19-25.

ARTIGO XII

PROCESSAMENTO DE PESSOAL INIMIGO, DE DESLOCADOS E DE REFUGIADOS

89. GENERALIDADES

Uma das mais importantes funções da Polícia do Exército é o processamento dos prisioneiros de guerra, e demais inimigos tais como "retidos" e "internados civis". Esta função inclui a guarda, escolta, processamento e internamento deste pessoal.

90. PRISIONEIRO DE GUERRA

Com exceção do pessoal protegido por Leis ou Acordos Internacionais, o prisioneiro de guerra é qualquer pessoa capturada ou internada pelo Brasil por motivo de guerra.

91. RETIDOS

São determinados elementos do inimigo sob proteção, tais como médicos, capelães, e, em certas circunstâncias, membros de Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha bem como de outras organizações voluntárias de auxílio, que forem mantidos nos campos de prisioneiros para assistir aos mesmos. A este pessoal deverá ser dispensado, no mínimo, a proteção dispensada aos prisioneiros de guerra.

92. INTERNADOS CIVIS

O internado civil, é o indivíduo que foi internado durante um conflito armado ou uma ocupação, por razões de segurança, de proteção ou por ter transgredido a lei ou as ordens estabelecidas pelo poder dominante.

93. DESLOCADOS E REFUGIADOS

a. Conceitos:

(1) **Deslocado** — É o civil que, involuntariamente, se encontra fora do território nacional de seu País durante uma guerra, que pode ou não desejar repatriamento e que requer assistência para obtenção de comida, moradia e vestuário.

(2) **Refugiado** — É o civil dentro do território nacional de seu país que por motivo de guerra, se encontra temporariamente sem residência ou que foi, voluntariamente ou não, removido para longe de seu lar,

b. **Responsabilidade** — O pessoal da Seção de Assuntos Cíveis do Governo Militar é responsável pelo trato dos deslocados e refugiados. A PE controla o movimento destas pessoas nas rodovias, em cooperação com o pessoal de Assuntos Cíveis do Governo Militar.

ARTIGO XIII

SEGURANÇA FÍSICA E PROTEÇÃO DE PESSOAS

94. DEFINIÇÃO

Segurança física é a salvaguarda física de pessoas e propriedades.

95. EXECUÇÃO

A Polícia do Exército geralmente executa missões de segurança física estabelecendo postos fixos ou patrulhas. Prover a segurança física, poderá ser uma

missão de natureza isolada, cumulativa, ou apenas uma missão eventual, relacionada com o controle de tráfego ou policiamento. Os pormenores a respeito da segurança física serão encontrados no C 19-30.

96. PATRULHAS DE SEGURANÇA EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO

Em áreas de ocupação, as patrulhas da Polícia do Exército poderão ser empregadas contra guerrilhas e tropas inimigas que tenham se infiltrado em nossas posições. Os princípios, processos e técnicas usados nestas operações são encontrados no C 21-75.

97. PROTEÇÃO DE PESSOAS

a. O Exército recebe, freqüentemente, a missão de efetuar a segurança pessoal ou escolta de pessoas importantes e de seus dependentes. Nestes casos caberá à Polícia do Exército a responsabilidade de efetivar esta missão.

b. A segurança pessoal ou escolta poderá ser efetuada por um ou mais homens da Polícia do Exército. A proteção individual poderá ser executada de posições ostensivas, ocultas ou de dentro da multidão. O encarregado da missão observará atentamente a pessoa que está sendo protegida, bem como as pessoas que lhe possam oferecer perigo.

c. Ao executar este tipo de missão, o procedimento quanto à pessoa a ser protegida inclui:

(1) Conhecer a sua identidade, aparência pessoal, vestimenta e todas as suas características peculiares

(2) Estar, bem familiarizado com os seus horários.

(3) Colocar-se de maneira a permitir uma perfeita observação sobre todas as pessoas e objetos nas suas imediações.

(4) Pesquisar sua atitude, face a restrições de seus movimentos.

(5) Evitar aglomerações e controlar a identidade e permissão de pessoas que dela queiram se aproximar.

(6) Investigar rápida e sutilmente todas as ações não habituais ou suspeitas.

(7) Colocar-se entre a pessoa e qualquer indivíduo que esteja agindo de maneira suspeita.

(8) Se necessário, dentro da responsabilidade que lhe foi atribuída, precederá a pessoa protegida ao entrar em prédios, passar por entre aglomerações de pessoas, ou lugares perigosos.

(9) Andar armado e ser eficiente no emprego da arma.

(10) Ser eficiente na defesa pessoal.

98. PROTEÇÃO À FAZENDA NACIONAL

a. A proteção aos bens da Fazenda Nacional é uma das tarefas da Polícia do Exército. As missões de patrulhamento ou missões específicas determinadas por um Comando, para a proteção de determinadas propriedades do Governo, serão coordenadas com as missões das guardas territoriais, das Polícias Militares estaduais, guardas civis e outras forças que estiverem operando na área. Normalmente a Polícia do Exército não é empregada nos serviços internos de guarda ou de segurança de rotina. Poderá, no entanto, ser solicitada quando o local exija que a segurança seja mantida por pessoal especializado, especialmente equipado, experiente, dotado de diplomacia e habilidade para tomar decisões, bem como capaz de agir imediatamente no caso de uma emergência. A Polícia do Exército poderá ainda, ser solicitada para supervisionar o pessoal encarregado da segurança.

b. O C 19-10 inclui processo de proteção contra roubos.

99. PROTEÇÃO DE BENS PARTICULARES

a. **Bens sob Custódia da PE** — Todos os bens particulares encontrados por elementos da Polícia do Exército, entregues a ela por pessoal de outras unidades, ou recolhidos de pessoas sob custódia deverão ser processados de acordo com as normas baixadas pelo Comando local. Os objetos deverão ser tratados com cuidado para evitar que sejam danificados. A Polícia do Exército deverá fornecer recibos de todos os bens sob sua custódia.

b. **Outros Bens Particulares**

(1) Os danos ou a destruição desnecessária de bens privados, pelo pessoal das Forças Armadas, constituem violação da lei. Cabe à Polícia do Exército, portanto, a proteção dos bens particulares contra atos de destruição praticados por pessoal militar.

(2) A Polícia do Exército poderá fazer verificações periódicas da segurança das habitações e veículos particulares dos militares residentes numa instalação militar, e que ao encontrem ausentes da área. Geralmente estas pessoas, antes de se afastarem, informam ao Chefe de Polícia da sua ausência, e solicitam a proteção. A finalidade deste controle é a de proporcionar a proteção policial a que todo membro das Forças Armadas tem direito no que disser respeito à seus bens particulares localizados dentro de uma área ou instalação militar.

ARTIGO XIV

DISTÚRBIOS E CALAMIDADES PÚBLICAS

100. CONCEITUAÇÕES

a. **Distúrbio interno ou Civil** — Inquietação ou tensão civil que toma a forma de manifestações ou desordens; situação que surge dentro do país, decorrente dos atos de violência ou de desordens e prejudicial à manutenção da lei e da ordem. Pode provir da ação de uma turba, ou originar-se de uma agitação ou tumulto.

b. **Calamidade Pública** — Desastres de grandes proporções, ou sinistros. Resulta da manifestação de fenômenos naturais em grau excessivo e incontrolável, como inundações, incêndios em florestas, terremotos, tufões, furacões; de acidentes, como explosões, colisões de navios, de trens, etc, ou da disseminação de substâncias letais, estas podendo ser de natureza química, radioativa ou bacteriológica.

c. **Tumulto** — É o desrespeito à ordem levado a efeito por várias pessoas, em apoio a um desígnio comum de realizar certo empreendimento por meio de ação planejada, contra quem a elas se possa opor. (O desrespeito a ordem é uma perturbação da mesma por meio de ações ilegais, traduzidas numa demonstração de natureza violenta ou turbulenta).

d. **Aglomeração** — Grande número de pessoas temporariamente reunidas. Geralmente, os membros de uma aglomeração pensam e agem como elementos isolados e não organizados. A aglomeração poderá resultar da reunião accidental e transitória de pessoas, tal como acontece na área comercial de uma cidade em seu horário normal de trabalho, ou no decorrer de um acontecimento que atrai a atenção da massa mantendo-a psicologicamente unificada por algum interesse comum.

e. **Turba** — Multidão em desordem. É uma reunião de pessoas que, sob o estímulo de intensa excitação, perdem o senso da razão, o respeito à lei, e passam a obedecer a indivíduos que tomam a iniciativa de chefiar ações desatinadas. A turba pode produzir tumultos e distúrbios.

f. Para outras conceituações ver o C 19-15.

101. CONTRÔLE DE DISTÚRBIOS

a. A Polícia do Exército está autorizada a reprimir distúrbios e tumultos de pessoal militar e assemelhados, bem como, retirar os militares envolvidos em distúrbios e tumultos civis. Ela não se envolverá em distúrbios ou tumultos entre civis, a não ser que receba ordem para tal de seu Comandante, porém, em qualquer circunstância, protegerá as propriedades do governo.

b. Quando os distúrbios, que ocorrem fora da área da jurisdição militar, atingirem a proporções tais que as autoridades municipais e estaduais não estejam em condições de manter a lei e a ordem, a Polícia do Exército poderá ser empregada por ordem do Ministro do Exército, mediante solicitação das autoridades civis. As Unidades de Polícia do Exército serão empregadas de acordo com as normas locais vigentes.

c. Unidades militares federais empregadas para o controle de distúrbios receberão ordens e instruções unicamente de seus Comandantes. Os princípios básicos do controle de distúrbios consistem na rápida dispersão, e na prevenção de aglomerações e prisão de líderes.

d. Na execução da missão, as seguintes medidas serão empregadas em qualquer seqüência e ordem, e a qualquer tempo, dependendo da situação e das decisões do Comandante:

(1) Demonstração de força, (tropas, armas e veículos ostensivamente à vista do povo no ponto mais aproximado de contato entre as tropas e a turba; distribuição de proclamações)

(2) Emprego de formações para controle de distúrbios.

(3) Emprego de água (jato direto ou indireto vindo de mangueiras de incêndio).

(4) Emprego de agentes químicos (fumaça, gás lacrimogêneo ou vomitivo-esternutatório)

(5) Somente os atiradores de escol atiram.

(6) Toda a tropa atira. Tiros executados com rapidez, cada soldado em alvos designados sumariamente e somente ao comando do Comandante da Tropa, ou conforme outras prescrições.

e. Para detalhes completos sobre as técnicas de controle de distúrbios, consulte o C 19-15.

102. CALAMIDADE PÚBLICA

O auxílio em caso de calamidade pública, é normalmente da alçada dos Governos Municipais e Estaduais, da Cruz Vermelha, ou da ajuda particular. Quando as condições resultantes de uma calamidade, atingirem proporções tais que estas organizações não mais estejam em condições de atendê-la, as forças

militares poderão ser empregadas para auxiliar às autoridades civis. A expressão: **Auxílio militar às autoridades civis**, é comumente empregada para designar o emprego de tropas com o fim de auxiliar as autoridades civis.

103. CONTROLE DE DANOS

É similar ao item anterior, porém refere-se a áreas sob controle militar. É o esforço planejado no sentido de controlar o trânsito e a circulação de pessoas, com o fim de permitir a restauração das operações militares na área. No controle de danos, a Polícia do Exército, geralmente responsável pelo controle de tráfego e da circulação, é também empregada para evitar furtos e saques para debelar o pânico, os tumultos e os distúrbios, bem como por em execução e controlar os planos de evacuação.

104. AÇÕES DE EMERGÊNCIA

A ação rápida e adequada, em uma emergência, poderá salvar vidas e propriedades, bem como evitar conseqüentes ferimentos em pessoas, danos e perdas materiais. Incêndios, explosões, desmoronamentos, trânsito congestionado e falta de socorros imediatos aos feridos são as principais causas de graves ferimentos e grandes avarias. As primeiras providências a serem tomadas, no local de uma ocorrência, devem ser a prevenção ou o combate ao fogo, o auxílio aos feridos, o controle do pânico, e o restabelecimento do fluxo de trânsito.

a. **Fogo** — O PE deverá prestar auxílio a todas as pessoas em perigo. Ajudará ainda os elementos empenhados ao combate ao fogo, pelo controle de tráfego e da área, impedindo que pessoas sem autorização interfiram nos trabalhos de combate ao fogo ou ainda que exponham outras pessoas ou a si próprios ao perigo.

b. **Explosões e Desmoronamentos** — Quando houver perigo de explosões ou desmoronamentos de paredes ou telhados de prédios, dever-se-á providenciar o afastamento de todas as pessoas da área de perigo.

c. **Remoção de Pessoas em Prédios** — Algumas poderão estar feridas ou presas dentro de prédios, como conseqüência de incêndios, explosões, enchentes, vendavais ou ressacas e, como tal incapacitadas de mover-se, ou de abandonar o prédio sem ajuda. Como a Polícia do Exército, por vezes, será a primeira a chegar nestes locais, o PE poderá salvar a vida de tais pessoas, providenciando a sua imediata retirada.

d. **Outras Situações de Perigo** — Em outras situações que apresentem perigo, tais como rutura em uma linha de alta tensão ou vazamento em um

encanamento de gás deverão ser tomadas as medidas necessárias para a remoção de todas as pessoas que se encontrem dentro da área considerada perigosa; não permitindo que pessoas sem autorização nela penetrem.

e. Outras Vítimas — Devem ser realizadas buscas nas vizinhanças das áreas onde ocorreram incêndios, explosões, ou fenômenos de natureza semelhante para verificar se alguma pessoa à foi ferida pelos estilhaços.

f. Liberar o Local — Após os feridos serem atendidos e removidos e estarem terminadas as investigações do local, a área deverá ser liberada. Uma guarda será organizada com a finalidade de não permitir a entrada de pessoas não autorizadas e restabelecer o fluxo normal do tráfego.

*
* * *
*

REVOGADO

REVOGADO

CAPITULO 5

PRESOS MILITARES

105. DEFINIÇÕES

a. **Preso Militar** — Preso militar é qualquer pessoa sujeita ao CJM ou ao RDE, que tendo sido presa ainda não foi posta em liberdade pelas autoridades competentes.

b. **Situações** — As situações legais em que podem se encontrar os presos militares são as seguintes:

(1) **Presos ou detidos disciplinarmente** — Incluem todos aqueles presos ou detidos com base no estabelecido no RDE. Podam ser:

(a) **Detidos** — No interior do quartel ou nos respectivos alojamentos.

(b) **Presos** — Os locais de prisão são:

— Para os cabos e soldados, o xadrez e a célula.

— Para os Sargentos, a prisão de Sargentos.

— Para os Subtenentes, o compartimento chamado Prisão dos Subtenentes.

— Para os oficiais: a casa de sua residência, a juízo de seu Comandante, Chefe ou Diretor, quando a prisão não exceder de 48 horas; e o Estado Maior do quartel ou lugar sob jurisdição militar, se houver oficial de dia e guarda permanente.

(2) **Presos à disposição da justiça** — Incluem os compreendidos nos seguintes casos..:

— Presos em flagrante delito, aguardando processo

— Presos preventivamente, seja para fins de averiguações ou aguardando julgamento.

— Presos condenados.

— Presos cumprindo pena inferior a dois anos.

— Presos aguardando que a sentença transite em julgado

OBS. — Os presos à disposição da justiça são alojados em prisões separadas das dos presos disciplinares.

(3) Sobre menagem ver o parágrafo 60.

c. **Grau de Custódia** — Dependendo do grau de controle e da supervisão necessária em cada caso, os presos são classificados em uma das três categorias de grau de custódia.

(1) **Custódia mínima** — Os presos desta categoria são considerados como sendo dignos de confiança e requerem pequena vigilância. Poderão ser instruídos e empregados fora das prisões, em grupos de efetivo considerável sob a vigilância de guardas desarmadas.

(2) **Custódia média** — Os presos desta categoria requerem vigilância contínua, porém sua fuga, ou sua provável conduta não são consideradas como ameaças à vida ou a propriedade. Eles poderão ser empregados fora das prisões, sob a vigilância de supervisores desarmados ou de guardas armadas. Neste caso, deverá ser mantida a proporção de um guarda para cada seis presos.

(3) **Custódia máxima** — Estes presos requerem cuidados especiais da custódia, devido à sua conduta sabidamente perigosa, violenta, ou sua disposição de criar problemas. Os presos enquadrados neste item, devem ser empregados somente dentro da prisão. Quando por qualquer motivo for necessário removê-los, como por exemplo, para tratamento médico ou comparecimento ante um Conselho de Justiça, eles seguirão sob a custódia de guardas armados,

106. GUARDA DE PRESOS MILITARES

a. Os integrantes da Polícia do Exército poderão ser designados para cumprir missões de guarda a presos militares no tribunal, dentro das instalações da prisão, nos locais em que trabalham, durante o seu deslocamento entre diferentes prisões ou dentro de instalações militares. A sua missão principal, quando no serviço de guarda a presos, é mantê-los sob controle e custódia, e executar suas missões de acordo com as ordens e regulamentos militares que prescrevem a conduta, emprego, custódia, controle e tratamento correccional de presos militares.

b. Não se deverá tocar no preso, a não ser em caso de legítima defesa, para evitar sua fuga, ferimentos em terceiros, ou danificação de propriedade, ou ainda, para debelar distúrbios. Ao controlar ou conduzir um preso de natureza rebelde será necessário assegurar-se de que se tem apoio suficiente para se evitar a necessidade da travar luta corporal e causar lesões ao preso.

c. Quando designado para guarda num tribunal o PE deverá se colocar perto do preso e em posição que permita observá-lo perfeitamente, para evitar que ele tente ferir-se ou ferir a outrem.

d. Todos os presos sob custódia mínima e alguns sob custódia média trabalham ou recebem instrução sob vigilância de guardas ou supervisores desarmados. No cumprimento de missões do guarda ou de supervisor desarmado o PE receberá do Comandante da guarda ou do oficial encarregado do treinamento, instruções que esclarecerão a natureza da missão, as suas restrições, os deveres, enfim tudo que deva tomar conhecimento e que esteja relacionado com o trabalho ou instrução a serem utilizados pelos presos. Sua atitude e procedimento frente aos presos deve ser a de um líder natural e capaz, e não a de um guarda armado ou de um carrasco. Deverá fazer cumprir com imparcialidade sem exceções às normas e regulamentos prescritos para o controle e a conduta dos presos.

e. No caso de uma tentativa de fuga ou desordem de qualquer natureza, o PE deverá agir imediata e decididamente, conforme o prescrito abaixo. O emprego da arma de fogo para evitar uma fuga, somente se justifica se não houver nenhuma outra maneira de deter quem está fugindo.

(1) Tentativa de fuga de uma prisão — No caso de um preso tentar fugir de uma prisão, sua captura deverá obedecer as seguintes prioridades:

(a) Alertar o restante do pessoal da guarda da tentativa de evasão, com uma série de apitos breves ou outro sinal de alarme adequado.

(b) Ordenar, em voz alta, por duas vezes, ao preso para que faça alto.

(c) Fazer fogo contra o preso, no caso deste não obedecer à ordem e prosseguir no seu intento, ultrapassando os limites da prisão.

(d) Os limites da prisão deverão ser determinados por elementos materiais de valor, tais como cercas, muros e outros obstáculos que circundam as instalações ou parte delas, inclusive as áreas de instrução e recreação.

(e) Não se deverá atirar em um fugitivo, se o disparo puder colocar em perigo a vida de outras pessoas.

(2) Tentativa de fuga no exterior da prisão

(a) Quando um preso fizer movimento suspeito em direção ao guarda, este deverá colocar um cartucho na câmara da arma, ordenar aos demais presos que se deem, mandar o suspeito parar onde estiver, e preveni-lo de que, se continuar avançando, receberá fogo.

(b) Quando um preso tentar escapar do local onde trabalha, o guarda comandará "alto" em voz alta. Se ele não parar após o comando ter sido dado pela

segunda vez e não houver outra maneira de detê-lo, o guarda deverá atirar. Ao atirar, deve-se fazê-lo para incapacitar temporariamente o preso e nunca para matar.

(c) Quando um preso for ferido, o guarda deverá conduzir os demais presos ao local, dar a um deles o equipamento de primeiros socorros, e fazer com que este atenda ao ferido. Se não existirem meios de comunicação e não houver possibilidade de ser providenciada uma maca, o guarda fará os demais presos improvisarem uma e conduzirá o ferido ao local mais próximo, onde exista algum meio de comunicação para permitir a chamada de uma ambulância.

(3) **Tentativa de fuga com guardas ou supervisores desarmados** — Se um preso não obedecer as ordens ou se ele tentar fugir, dever-se-á tentar dissuadi-lo oralmente, explicando-lhe com calma as consequências que advirão de seus atos. Se, apesar disto, ele não desistir do seu intento e persistir em sua atitude, não se deverá tentar impedi-lo à força, mas sim, comunicar imediatamente os fatos do incidente ao superior imediato, de acordo com as instruções que previamente tiverem sido dadas

f. O PE, designado para servir como guarda de presos, deverá seguir os procedimentos prescritos nos planos de emergência de sua Unidade, para controle de desordens.

107. TRANSPORTE DE PRESOS MILITARES

a. **A Pé** — Os presos militares poderão deslocar-se a pé, quando não houver meios de transporte disponíveis, ou quando se tratar de um pequeno deslocamento que não justifique o emprego de meios de transporte. Para deslocar presos a pé, deverá ser providenciado um número suficiente de guardas, de acordo com o número e o tipo de presos. O deslocamento deverá ser feito em formação militar e os guardas deverão colocar-se ao lado e à reta-guarda. Uma certa distância deverá ser mantida entre os guardas e os presos. Antes de atravessar uma rua ou estrada, a tropa de presos fará alto; o Chefe dos guardas examinará o trânsito, e quando houver possibilidade de travessia, esta será feita em passo acelerado..

b. **Em Veículos Motorizados** — Quando os presos forem transportados em um veículo, este deverá ser examinado previamente e qualquer peça solta como equipamento, ferramentas e pedaços de madeira, que possam ser empregados como arma deverão ser removidos, antes do embarque.

(1) **Viatura turismo** — Quando houver somente um preso para ser transportado ou quando a sua categoria o exigir, uma viatura turismo poderá ser usada. De acordo com as circunstâncias, dois presos que pertençam ao grau de custódia

mínimo ou médio, poderão ser transportados na mesma viatura turismo. Quando forem empregadas duas viaturas, estas deverão deslocar-se juntas, uma imediatamente atrás da outra. A da frente regulará a velocidade, e a comunicação entre as duas viaturas deverá ser preestabelecida, mediante o emprego de sinais de buzina ou de luzes, no caso de deslocamento noturno. Se as viaturas estiverem equipadas com rádio, estes poderão ser usados mediante coordenação com o Oficial de Comunicações, que providenciará para que a frequência esteja livre. O roteiro a ser seguido será estabelecido com antecedência e se possível, deverá ser feito um reconhecimento do mesmo. As maçanetas internas das portas traseiras serão removidas, se isto for considerado necessário. Dois guardas e um motorista são designados para escoltar o preso, devendo um dos guardas estar armado e o outro desarmado. O motorista será informado sobre a missão, sobre sua conduta, e de tudo que deva ter conhecimento em relação ao preso; mas não poderá comunicar-se com este, salvo ordem em contrário. O preso será embarcado da seguinte maneira:

(a) Imediatamente após ser revistado será algemado com os braços à frente do corpo. Se for considerado na categoria de grau de custódia máximo, a corrente das algemas deverá ser presa sob o seu cinto. Este deverá estar com a fivela para trás e sobre a corrente da alagma, No caso de haver dois presos, o procedimento será semelhante.

(b) O veículo estacionará perto da saída por onde o preso deverá passar, e se possível, longe de aglomerações e do trânsito.

(c) O guarda armado deverá manter-se a mais ou menos 6 passos do preso e do guarda desarmado

(d) O motorista colocará os pertences dos guardas e dos presos no porta-malas.

(e) O preso será o primeiro a embarcar, sentando-se no banco traseiro, à esquerda, diretamente atrás do motorista. O guarda desarmado embarcará no veículo e sentar-se-á no banco traseiro a direita. Se forem dois os presos, o procedimento será o mesmo, algemando-os juntos. Jamais se deverá amarrar ou ligar os presos a partes fixas do carro.

(f) O guarda armado, sentar-se-á no banco da frente, lado direito, de modo a poder observar os movimentos dos presos.

(g) No desembarque, o guarda armado desembarcará primeiro, e em seguida o guarda desarmado e os presos, pelo mesmo lado que desembarcou o guarda armado.

(h) O procedimento para a condução de presos em jipe é semelhante ao acima descrito.

(2) **Caminhão** — Os caminhões com carroceria aberta são freqüentemente empregados para transportar presos entre as instalações da prisão e os locais de trabalho. Se forem usadas ferramentas, estas devem ser transportadas do almoxarifado para o caminhão por presos previamente selecionados. Durante a viagem, os presos deverão ser mantidos separados das ferramentas; estas poderão ser colocadas em compartimentos sob os bancos, laterais, ou dentro da cabine. Um sistema de comunicação será convencionado entre os guardas e o motorista. Por exemplo: uma batida sobre a cabine significa dar partida e iniciar o deslocamento; uma batida na cabine, quando em movimento, quer dizer que há dificuldades, e o motorista deve parar imediatamente. Os procedimentos de embarque descritos abaixo, aplicar-se-ão quando um ou mais guardas, viajarem com os presos.

(a) O motorista abrirá a parte traseira da carroceria.

(b) Um guarda entregará sua arma ao motorista e subirá no caminhão. Se houver mais de um guarda, eles procederão da mesma forma, isto é, entregarão suas armas ao motorista, subirão no caminhão e pegarão suas armas novamente.

(c) Um guarda armado coloca-se num canto junto à cabine, face volta da para os presos.

(d) Estes presos embarcarão, um a um, e sentarão alternadamente em ambos os lados. Deverá ser mantido um espaço entre os presos e a parte traseira, e entre eles e o guarda. O motorista fechará a porta traseira da carroceria.

(e) Para o desembarque, o procedimento é inverso ao descrito nos itens acima.

(3) **Ambulância** — Quando o transporte de um preso for feito em uma ambulância, proceder-se-á de maneira semelhante ao que foi descrito no item (1) acima, devendo, neste caso, um guarda armado sentar-se no assento dianteiro, e um desarmado no compartimento da retaguarda, entre o preso e a porta traseira. Quando for constatado pelo médico que o preso a ser transportado é um paciente mental, somente guardas desarmados o acompanharão.

(4) **Caminhões fechados e furgões** — Quando um furgão for usado para o transporte de presos, o procedimento será idêntico ao descrito no item (1). Um guarda armado sentar-se-á na cabine e não haverá necessidade de outro, desarmado, na parte traseira, se a porta puder ser trancada por fora.

(5) **Ônibus** — Se possível, deverá ser feito o reconhecimento do itinerário. Um plano de distribuição de assentos será adrede preparado. Os guardas deverão revistar minuciosamente a viatura em busca de armas, com trabalho ou objetos proibidos, antes que os presos embarquem. As janelas poderão ser abertas, porém bloqueadas, de maneira a não permitir uma abertura superior a 15 cm. Os presos embarcarão a bagagem, sob severa vigilância de guardas armados, e serão revistados imediatamente antes do embarque. Se o ônibus não tiver grades, escoltas de viaturas com policiais armados acompanham o deslocamento, trafegando uma delas à frente e a outra imediatamente atrás do ônibus. Um sistema de comunicações entre, as viaturas será convencionado semelhante ao do item (1). A viatura que segue à frente regulará a velocidade, de maneira a manter as demais, próximas uma da outra, para que nenhum estranho, possa entrar no comboio. Tal procedimento não deverá influir na cortesia para com os demais usuários da estrada. Uma parada para descanso poderá ser feita, em local isolado, ao longo do roteiro, no qual se tenha boa visibilidade e bom campo de tiro. Quando tal parada for feita os veículos deverão cerrar, permanecendo um encostado ao outro. Os Policiais armados desembarcarão e serão colocados de forma que possam observar bem os presos e, uma vez nas suas posições estes desembarcarão em ordem, serão mantidos à margem da estrada não lhes sendo permitido caminhar sobre o leito da rodovia, cruzá-la ou afastar-se dos limites impostos. Nestas ocasiões será necessário que se tenha muito cuidado, para evitar fugas e para impedir que os presos consigam armas ou outros objetos que lhes sejam proibidos. Precedendo a um embarque deverão ser tomadas as seguintes medidas seja antes de se iniciar um deslocamento, seja após uma parada:

(a) Os presos poderão ser algemados, a critério do Comandante do deslocamento. O procedimento neste caso obedecerá a normas preestabelecidas. Deverá ser tomado especial cuidado para assegurar que elementos turbulentos, anormais e perigosos, não sejam algemados uns aos outros e para que ocupem assentos onde possam estar sob constante observação.

(b) Os guardas deverão ser dispostos ao redor do ônibus, de modo a fechar todas as prováveis vias de fuga.

(c) A medida que os presos embarcarem no ônibus, serão assinalados na relação e um policial desarmado, localizado no fundo do ônibus indicará os lugares, de trás para frente de acordo com o plano preestabelecido. O assento junto à saída de emergência será ocupado por um guarda.

(d) Se o ônibus tiver grades, os guardas armados localizar-se-ão próximo às grades dianteira e traseira.

(e) Se o ônibus não tiver grades, um ou mais guardas desarmados serão colocados na frente, perto do motorista, e a retaguarda, conservando-se um assento vago entre a guarda e os presos. Estes não poderão movimentar-se, a não ser que recebam permissão para tal. O motorista não poderá comunicar-se com os presos, salvo determinação expressa em contrário,

(f) No desembarque sairão primeiro os que estiverem sentados à frente, ordenadamente.

c. Por Trem

(1) Normalmente são designados dois guardas para escoltar um preso, transportado por via férrea, dos quais um armado e outro desarmado. Para viagens noturnas deverão ser sempre dois os guardas designados. O guarda que estiver armado levará consigo as algemas e as respectivas chaves. Sua arma deverá estar alimentada,

(1) Deverão ser evitadas aglomerações e contato com o público. Se necessário, o guarda mais antigo entrará em contato com policiais das Forças Armadas, polícia civil ou ferroviária e solicitará a colaboração destas, a fim de que seja providenciada uma escolta para atravessar a estação,

(3) O guarda mais antigo deverá informar ao chefe do trem, que tem elementos sob custódia, e o seu destino. Se tiverem sido feitas reservas deverá perguntar sobre a localização dos assentos. Caso contrário, solicitará a designação dos lugares necessários e adequados,

(4) Se uma patrulha das Forças Armadas se encontrar no trem, o mais graduado informará à patrulha sobre a missão que está executando, e solicitará seu auxílio em caso de uma emergência.

(5) No embarque são empregadas as seguintes medidas:

(a) O preso será algemado e seguido pelo policial desarmado, embarcará no trem. Ao embarcar, o guarda armado manterá certa distância, e nunca deverá apresentar o seu lado direito para o preso.

(b) De preferência será escolhido um vagão situado imediatamente à frente ou à retaguarda do vagão restaurante, para que o preso possa ser conduzido ao mesmo, sem ter de passar por outros vagões.

(c) Os assentos escolhidos deverão situar-se na extremidade posterior do vagão, porém não deverão ser exatamente os últimos, e ainda, deverão estar

convenientemente situados em relação às instalações sanitárias. Os assentos deverão ainda estar um em frente ao outro, ou caso isto não seja possível, opostos lateralmente e separados pelo corredor.

(d) O preso sentar-se-á junto a janela, a qual, com autorização do mais graduado, poderá permanecer aberta, desde que respeitando o limite máximo de 15 cm.

(6) Os guardas deverão sentar-se da seguinte maneira:

(a) O guarda desarmado sentar-se-á ao lado do prisioneiro, no mesmo lado do corredor.

(b) O guarda armado, se os bancos forem apostos, sentar-se-á no banco em frente ao guarda desarmado, com o que estará bloqueando a única via de fuga existente. Se ocupar lugar do outro lado do corredor colocar-se-á junto ao corredor no assento que fica de frente para o guarda desarmado.

(7) O preso deverá ser mantido sob observação constante. Ele poderá aproveitar uma ida às instalações sanitárias, para escapar. Não será permitido que ele entre sozinho em instalações sanitárias, nem mesmo que a porta seja fechada por fora, o guarda armado permanecerá do lado de, fora da porta, e entrará se ouvir algum barulho que indique uma briga ou distúrbio no interior da instalação sanitária, enquanto o preso e outro guarda lá se encontrarem.

(8) Sempre que possível, o preso fará suas refeições antes ou após os outros passageiros. Quando isto não for possível, o procedimento será o seguinte:

— Será pedido ao garçom para reservar uma mesa.

— O preso entrará no vagão-restaurante junto com o guarda desarmado e seguido pelo guarda armado.

— O preso deverá sentar-se junto à janela, tendo ao seu lado o guarda desarmado. O guarda armado sentar-se-á em local de onde possa observar o preso de perto, porém à uma distância tal que não permita ao mesmo tentar alcançar sua arma. Normalmente isto significa que o guarda ficará numa posição oblíqua em relação ao preso. Se o guarda armado tiver que ocupar um assento na mesma mesa do preso, deverá escolher o que fica em frente ao ocupado pelo guarda desarmado. Somente os guardas e o preso deverão sentar-se à mesa reservada.

— O guarda mais antigo ou mais graduado deverá decidir quanto a conveniência ou não de remover as algemas temporariamente; no entanto, se houver risco ou perigo, isto não deverá ser feito.

— Os guardas deverão manter-se atentos nestas situações, principalmente quando as algemas tenham sido removidas.

(9) Se o preso apresentar conduta inconveniente deverá ser afastado das vistas do público e conduzido ao reservado, onde será informado sobre sua possível transferência para o vagão de bagagem, no caso de manter o procedimento inconveniente, bem como sobre a punição que sofrerá quando chegar ao destino. Se ainda assim persistir no mau comportamento, um guarda entrará em ligação com o chefe do trem e será providenciado para que o mesmo seja realmente transferido para o vagão de bagagem. Os guardas permanecerão sempre junto ao preso. Quando esta medida também não solucionar o problema, e os guardas não conseguirem controlar o preso, será solicitado ao chefe do trem um contato com a Organização Militar mais próxima, e na sua impossibilidade, uma ligação com autoridades civis, solicitando auxílio. Ao chegar à localidade em que a assistência for conseguida, o preso será retirado do trem e colocado na cadeia.

(10) Os guardas deverão trocar de tarefas (armados por desarmados), de 2 em 2 ou de 4 em 4 horas. Um guarda não deve nunca executar a mesma tarefa por mais de .4 horas.

— Após as refeições, os presos, em geral, estão sonolentos, sendo por este motivo um momento propício para a troca de funções. A troca nunca deverá ser feita quando o trem estiver se aproximando do destino, pois neste momento, a ansiedade do preso aumenta e ele poderá tentar escapar à menor oportunidade que lhe seja dada.

— A troca será feita com ambos os guardas no corredor, afastados do preso. O armado passará ao outro a sua arma, cinto, coldre e a chave das algemas. Em momento algum, a arma poderá ficar ao alcance do preso.

— Chegando ao destino, os guardas e o preso desembarcarão após os demais passageiros. Caso o pessoal da Unidade do destino não seja encontrado dever-se-á manter contatos com os elementos de polícia das Forças Armadas ou da polícia ferroviária, a fim de obter ajuda para a localização destes elementos ou para conseguir auxílio na travessia da estação.

(11) Ao chegar à unidade de destino será efetuada a transferência final do preso.

d. Via Aérea — Quando o transporte do grupo de pessoas for feito em aeronaves militares ou comerciais, deverão ser tomadas as seguintes medidas:

(1) O veículo que conduzir os presos para o aeroporto deverá parar o mais próximo possível da aeronave, a fim de que a transferência de um para outro meio de transporte seja rápida.

(2) A bagagem dos presos e guardas não poderá exceder aos limites estabelecidos nas ordens. Poderá ser necessário requisitar autorização de bagagem adicional, para a documentação referente aos presos.

(3) O armamento adequado e os dispositivos de segurança serão colocados dentro do avião, antes que os presos nele embarquem. Durante a viagem, as armas e as chaves para os dispositivos deverão ficar trancados dentro da cabine de comando, em local determinado pelo piloto.

(4) Na medida do possível, os presos serão mantidos afastados da vista do público, e deverão ser conduzidos através das entradas laterais.

(5) A aeronave será revista em busca de armas, contrabando e objetivo proibidos.

(6) Será verificada a existência de suficiente provisão de água e alimentos, se assim se fizer necessário.

(7) Um ou dois guardas desarmados entrarão no avião, colocando-se de maneira a poder determinar o lugar de cada preso, à medida que estes forem embarcando.

(8) Os presos serão revistados antes do embarque,

(a) Serão algemados aqueles que forem considerados perigosos, turbulentos ou os que já tentaram fugir anteriormente. Não deverão ser algemados uns aos outros.

(b) Os guardas serão postados ao redor do avião cobrindo todas as vias de fuga. Se o aeroporto for militar, o auxílio nesta missão poderá ser solicitado à Polícia da Aeronáutica.

(c) Os presos embarcarão segundo a ordem dos locais que ocuparão, e ao entrarem no avião, suas presenças serão assinaladas em uma relação. Um guarda desarmado indicará os respectivos lugares de acordo com plano previamente estabelecido. Guardas desarmados deverão sentar-se junto às saídas de emergência. Nenhum preso sentar-se-á nas primeiras e últimas fileiras. Estas fileiras serão usadas apenas pelos policiais.

(10) As algemas poderão ser tiradas após as portas do avião terem sido fechadas, e poderão ser colocadas desde que a conduta do preso constitua perigo para a segurança da aeronave, tripulação ou passageiros.

(11) O Comandante da aeronave, geralmente o piloto, é o responsável pelo avião e seus passageiros durante o tempo que os presos estiverem a bordo. Os guardas receberão dele qualquer instrução especial que se faça necessária e a transmitirão aos presos.

(12) A cabine de comando permanecerá trancada durante o voo, para evitar a possibilidade dos presos assumirem o comando da aeronave. Com o consentimento do Comandante desta última, um Oficial ou graduado poderá ser designado para permanecer na cabine de comando.

(13) Quando o avião for comercial, e possuir aeromoças, será solicitado ao Comandante da aeronave para instruí-las no sentido de não conversarem com os presos, e de permanecerem durante as horas de folga na parte traseira do avião ou dentro da cabine de comando.

(14) Quando o transporte for feito em aviões militares, os presos geralmente receberão instruções do Comandante da aeronave quanto ao uso apropriado dos pára-quedas. Na ocasião em que os presos tiverem de colocar os pára-quedas, os guardas permanecerão alerta quanto à possibilidade da tentativa de fuga utilizando as portas de emergência. Se houver necessidade de abandonar a aeronave em voo, as algemas serão previamente retiradas.

(15) Nas escalas da aeronave serão colocados guardas armados, em volta da mesma. Se esta guarda não puder assegurar um controle perfeito sobre os presos, os guardas deverão agir de uma das seguintes maneiras:

(a) Quando a escala constar do plano de viagem serão processados entendimentos junto às autoridades do Exército, da Força Aérea, se a Base for militar, ou com autoridade civil, em aeroporto civil, no sentido de providenciarem o policiamento do local.

(b) Quando a escala não constar do plano de viagem, e portanto, for imprevista, será solicitado ao Comandante da aeronave para passar um radiograma ao aeroporto, a fim de ser providenciado a ajuda das autoridades do Exército, da Força Aérea ou da Polícia Civil, conforme o caso.

(16) Se for necessária uma aterragem de emergência, os guardas armados poderão vigiar o avião e os presos, enquanto os membros da tripulação se dirigem

ao Centro de Comunicações mais próximo, para solicitar auxílio da polícia local, militar ou civil, e para notificar aos comandos interessados das circunstâncias em que ocorreu o acidente.

(17) Quando o avião chegar ao destino deverão ser tomadas as seguintes medidas:

(a) Algemar os presos considerados perigosos.

(b) Manter os presos no interior do avião, até que todos os demais passageiros tenham desembarcado, e a bagagem e documentos tenham sido colocados na viatura à sua espera.

(c) O veículo que os transportará à prisão deverá estacionar o mais próximo possível do avião.

(d) A guarda será disposta de forma a circundar a aeronave.

(e) Desembarcar os presos do avião e fazer com que estes entrem imediatamente na viatura que estiver a espera, contando-os, para assegurar-se que todos estão presentes.

(18) Os presos serão entregues à Unidade de destino. Em certos casos, devido a horários para o retorno, o pessoal da Polícia do Exército não terá tempo de acompanhar os presos até o destino final; neste caso, a transferência de responsabilidade será feita no próprio aeroporto.

e. Via Marítima

(1) O pessoal da Polícia do Exército encarregado da guarda dos presos a deverá cooperar integralmente com o Comandante do Navio. As condições estabelecidas abaixo de nenhum modo limitam a autoridade do Comandante do Navio, o qual determinará as condições do confinamento, estabelecerá medidas de segurança, manterá os presos de grau máximo de custódia nas células, eliminará as horas de exercício, aumentará a guarda empregando elementos das tropas embarcadas, ou tomará qualquer outra medida destinada a aumentar a segurança dos outros passageiros.

(2) O planejamento do embarque deverá incluir as seguintes ações:

(a) Se possível, o oficial encarregado do deslocamento deverá efetuar uma visita de orientação ao navio antes do embarque dos presos.

(b) Classificação dos presos, antes de serem embarcados, pelos graus de custódia: mínima, média e máxima.

(c) Para fins de alojamento e trânsito, os presos sob custódia mínima e média poderão ser considerados como sem perigo para transitar e dormir no mesmo alojamento que o designado para as tropas de bordo. Os homossexuais sentenciados ou aguardando julgamento serão separados de todos os demais presos. Os homossexuais somente serão aceitos nos navios transporte de tropas, quando for possível alojá-los separadamente.

(d) Os presos sob custódia máxima não deverão ser transportados em nenhum navio pertencente ao Serviço de Transporte Militar Marítimo que esteja transportando dependentes de militares, a não ser que navios de transporte de tropas não estejam disponíveis. Quando os presos excederem a capacidade em instalações apropriadas para o seu alojamento em um navio de tropas, só serão transportados com a aprovação do Comandante do mesmo.

(e) Os presos com distúrbios psíquicos não serão aceitos em nenhum navio que instalações de prisão ou detenção necessárias para atender a estes, nem poderão exceder em número a capacidade destas instalações.

(f) A decisão final em aceitar presos a serem transportados a bordo de navio pertencentes ao Serviço de Transporte Militar Marítimo, será sempre do Comandante do Navio.

(3) Deverá ser dispensada especial atenção àqueles que tenham antecedentes de má conduta ou reincidência.

(4) O pessoal da Unidade de origem deverá enviar os presos até o cais onde o navio se encontrar atracado. A transferência da responsabilidade sobre os mesmos, incluindo a sua entrega, a de suas fichas, objetos pessoais e dinheiro será feita diretamente ao oficial encarregado da movimentação ou a um seu representante, que assinará um documento atestando o recebimento. Após esta assinatura, a responsabilidade sobre os presos passa a ser do pessoal designado para acompanhá-los no transporte.

(5) Antes do embarque deverá ser feita uma completa revista das dependências onde ficarão alojados, para procura de contrabando, objetos proibidos e armas.

(6) Os presos serão obrigatoriamente revistados, embarcados e recolhidos aos compartimentos designados, antes que os demais passageiros embarquem.

(7) Os presos sob custódia máxima deverão ser recolhidos primeiramente. Os demais não deverão ser algemados mas serão mantidos sob guarda.

(8) Os presos deverão receber orientação pormenorizada sobre o que se

espera deles no curso da viagem inclusive sobre a circunstância de que serão governados pelas normas navais, e que o Comandante do navio tem autoridade para puni-los disciplinarmente.

(9) Deverá ser verificado se existem guardas desarmados, em número suficiente postados em locais estratégicos para controlar o movimento dos presos, quando estes circularem pelos corredores e demais dependências.

(10) Os alojamentos dos presos deverão ser mantidos limpos. As inspeções serão efetuadas periodicamente, realizando-se as revistas de preferência, durante a ausência dos presos.

(11) Será necessária contar freqüentemente os presos.

(12) Só lhes será permitido fumar em locais e horas previamente estabelecidos.

(13) Será solicitado ao Capelão que officie serviços religiosos para os presos. A assistência do pessoal de Serviços Especiais ajudará a mantê-los constantemente ocupados.

(14) As instalações médicas do navio também serão usadas para atender aos presos que necessitarem de cuidados médicos.

(15) Durante a viagem, será necessário coordenar com o Oficial de Segurança do Navio, com o Chefe de Polícia e com o Comandante da Tropa, as medidas para prestar a assistência necessária.

(16) O desembarque deverá ser feito da seguinte maneira;

(a) O pessoal que irá receber os presos virá a bordo, e assumirá a custódia e o controle dos mesmos.

(b) Será feita uma chamada para verificar se todos estão presentes.

(c) Serão tomadas providências para assegurar o desembarque dos presos antes dos demais passageiros. Somente os presos considerados perigosos serão algemados.

(d) Será efetuada uma inspeção do alojamento, para verificar se houve avaria e se está limpo.

(e) Será necessária uma revista dos presos para verificar se estão de posse de armas, contrabando ou objetos proibidos.

(17) O pessoal encarregado do recebimento assinará um documento que ateste a entrega dos presos, de suas fichas, objetos pessoais, dinheiro e qualquer outro equipamento.

f. Registros e Objetos Pessoais — Todos os pertences dos presos que não deverão ficar em seu poder, inclusive dinheiro, bem como os registros individuais e de detenção que os acompanham, serão entregues ao encarregado da guarda, que será responsável pela sua segurança até entrega-los à unidade de destino, mediante recibo.

108. MOVIMENTAÇÃO — TRANSPORTE — TRATAMENTO E GUARDA DE PRESOS FEMININOS

a. Transporte — Um policial poderá ser designado para acompanhar uma escolta feminina. Será usado um vagão ou compartimento fechado, se o transporte for por via férrea. Nenhum instrumento de restrição aos movimentos da prisioneira (amarras, algemas, etc) será empregada, a não ser que isto seja absolutamente necessário.

b. Tratamento — Uma prisioneira será escoltada por um policial feminina. Se a prisioneira for considerada perigosa e um PE for requisitado este deverá colocar-se discretamente atrás ou ao lado da prisioneira e de sua escolta. Seu único contato com a escolta e com a prisioneira será na hipótese de ser solicitada sua ajuda.

c. Prisão — As prisioneiras não serão mantidas nas mesmas instalações usadas para presas do sexo masculino.

109. EXECUÇÃO

A Polícia do Exército será encarregada de realizar as execuções militares.

*
* * *
*

CAPÍTULO 6

DEFESA PESSOAL SEM ARMAS

110. GENERALIDADES

A finalidade das medidas de defesa pessoal sem armas é proteger o PE e ajudá-lo a defender-se dos ataques de qualquer pessoa e subjugar-lá, empregando um mínimo de força. A defesa pessoal sem armas consiste na hábil aplicação de golpes e esquivas na luta contra o atacante. Os principais requisitos para bem aplicar as medidas de defesa são: conhecimento elementar de anatomia e boa aptidão física e mental. Este capítulo apresenta alguns princípios fundamentais, alguns golpes de queda e imobilização, que bem empregados permitirão além da defesa, a quebra da resistência do adversário e, como consequência, o seu domínio. Outros conhecimentos sobre o assunto serão desenvolvidos de acordo com as necessidades e as determinações do Comandante da Unidade de Polícia do Exército.

111. TREINAMENTO

O treinamento é essencial para o emprego das medidas de defesa pessoal, porém estas deverão ser praticadas com cuidados especiais, para se evitar que resultem em contusões desnecessárias. Todos os participantes do treinamento devem cooperar mutuamente e estar a par dos sinais convencionados, tais como batidas leves na perna ou no "colchão", para informar quando se está aplicando demasiada pressão num golpe. Estes sinais devem ser obedecidos imediatamente, diminuindo-se a pressão. O treinamento é necessário principalmente para desenvolver a agilidade na aplicação dos golpes e para ensinar o grau de pressão que se pode aplicar sem causar contusões graves. Pormenores sobre o treinamento serão encontrados nos manuais de ataque e de defesa.

112. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE DEFESA PESSOAL SEM ARMAS

As medidas de defesa pessoal sem armas baseiam-se em seis princípios fundamentais que todos os integrantes da Polícia do Exército devem conhecer e estar em condições de aplicá-los. Estes seis princípios são:

a. **Equilíbrio** — É fundamental a manutenção do equilíbrio, enquanto procuramos desequilibrar o adversário.

b. **"Stahara"** — Utilizar os músculos abdominais como uma fonte de energia, para escapar das imobilizações aplicadas pelo oponente.

c. **Máximo Contra Mínimo** — Aplicar seu esforço máximo contra o ponto mais fraco do adversário.

d. **Impulso** — Utilização do impulso do adversário para vencê-lo. Por exemplo perder o equilíbrio, dando um passo para o lado desviando-se ou abaixando-se, quando ele se lançar ao ataque.

e. **Operações Principal e Secundária** — A operação principal é agarrar o adversário corretamente. A operação secundária é a aplicação da pressão. Durante a execução do golpe, ao se combinar as duas operações, pode-se obter como resultado um osso quebrado ou outra contusão grave. Durante o treinamento, aplica-se estas duas operações separadamente, porém, quando se estiver tentando subjugar um adversário, na aplicação de um golpe, não deverá haver limites entre uma e outra operação. Entretanto, deve-se ter em conta que só devemos aplicar a força suficiente para completar a operação e alcançar o objetivo da missão.

f. **Alavanca** — A aplicação da alavanca visa produzir dor no adversário ou fazê-lo perder o equilíbrio ou ainda a postura, com a finalidade de derrubá-lo.

113. MEDIDAS DE DEFESA

As medidas descritas abaixo proporcionam uma proteção simples porém eficaz. Elas utilizam os princípios enumerados no §. 112.

a. **Defesa Contra o Estragulamento** — Esta defesa deve ser rápida e obter êxito imediato. A rapidez em livrar-se do golpe é essencial. Aplicando-se corretamente um golpe de estrangulamento em cerca de 5 a 7 segundos, coloca-se o adversário fora de si. Com pouco mais do dobro deste tempo, pode-se provocar a morte de uma pessoa.

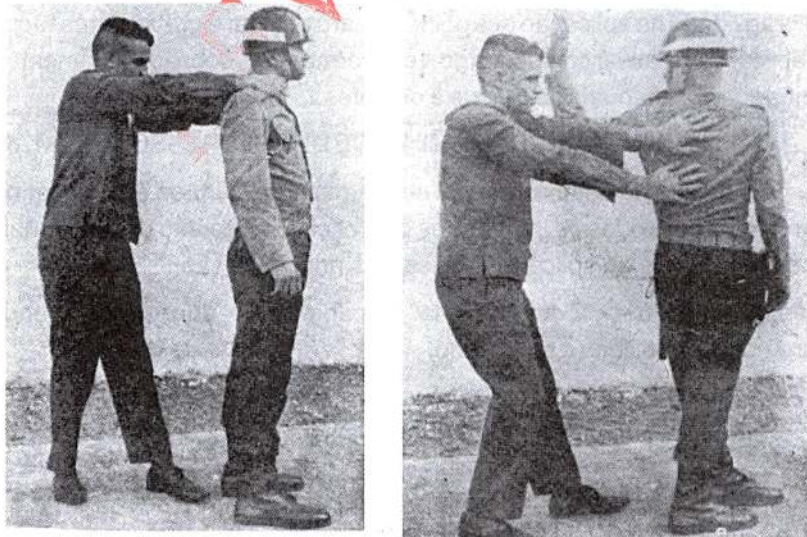


Figura 10. Defesa em forma de moinho do vento

(1) **Defesa em forma de moinho de vento** — Se um adversário agarrar o pescoço do PE, quer seja pela frente quer seja por trás, este reagirá da seguinte forma:

(a) Levantará rapidamente um braço acima da própria cabeça.

(b) Fará um giro sobre os quadris lançando o braço levantado contra os braços do adversário, aproveitando-se da força dos movimentos do braço e do ombro para livrar-se da pressão das mão (Fig 10).

(2) **Defesa em cunha** — Se o adversário aplicar um golpe de estrangulamento de frente, deverá rapidamente ser tomada uma posição que se assemelhe a de um boxeador. Em seguida, deverá juntar as mãos, palma contra palma, antebraços paralelos ao solo e levantar os braços, por entre os do adversário para, golpeando os, separá-los por meio da força e livrar-se da pressão de suas mãos. (Fig. 11)

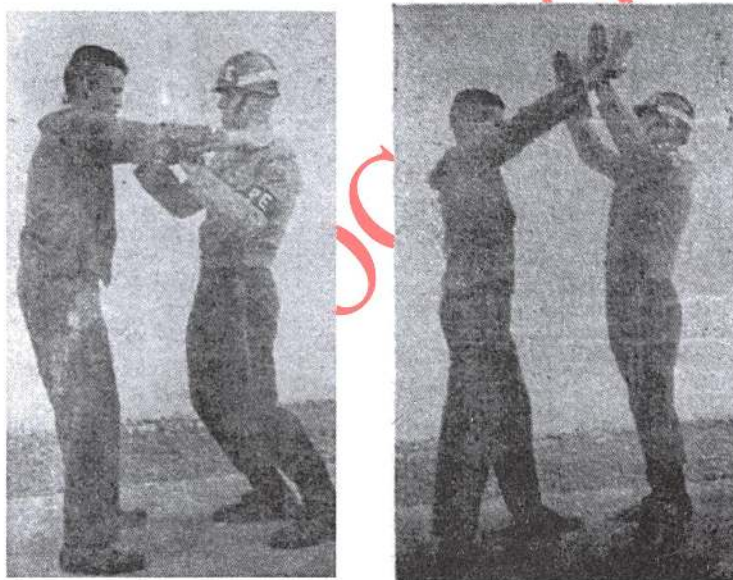


Figura 11. Defesa em cunha

b. **Defesa Contra Golpes de Luta Livre** — As medidas de defesa contra golpes de luta livre tanto podem ser aplicadas pela esquerda como pela direita podendo-se, portanto, substituir direita por esquerda ou vice-versa, nos casos abaixo mencionados.

(1) **Gravata lateral** — O PE e o adversário voltados para uma mesma direção. este último com o braço direito reforçado pelo esquerdo, apertando o pescoço do primeiro. Para livrar-se deste golpe:



Figura 12. Gravata Lateral



Figura 12 (Continuação)

(a) Colocar o braço esquerdo sobre o ombro direito do adversário, empurrando com a mão o queixo do mesmo (1, fig 12). Ao mesmo tempo, apertar o joelho direito do adversário com a mão direita (2, fig 12).

(b) Levantar a parte superior do corpo, de repente, e empurrar a mão esquerda com força para trás e, ao mesmo tempo, lançar para cima a mão direita, para levantar o adversário do solo (3. fig 12).

(c) Jogar de golpe o adversário ao solo e continuar com as medidas necessárias para dominá-lo completamente. (Fig. 12 Cont.)

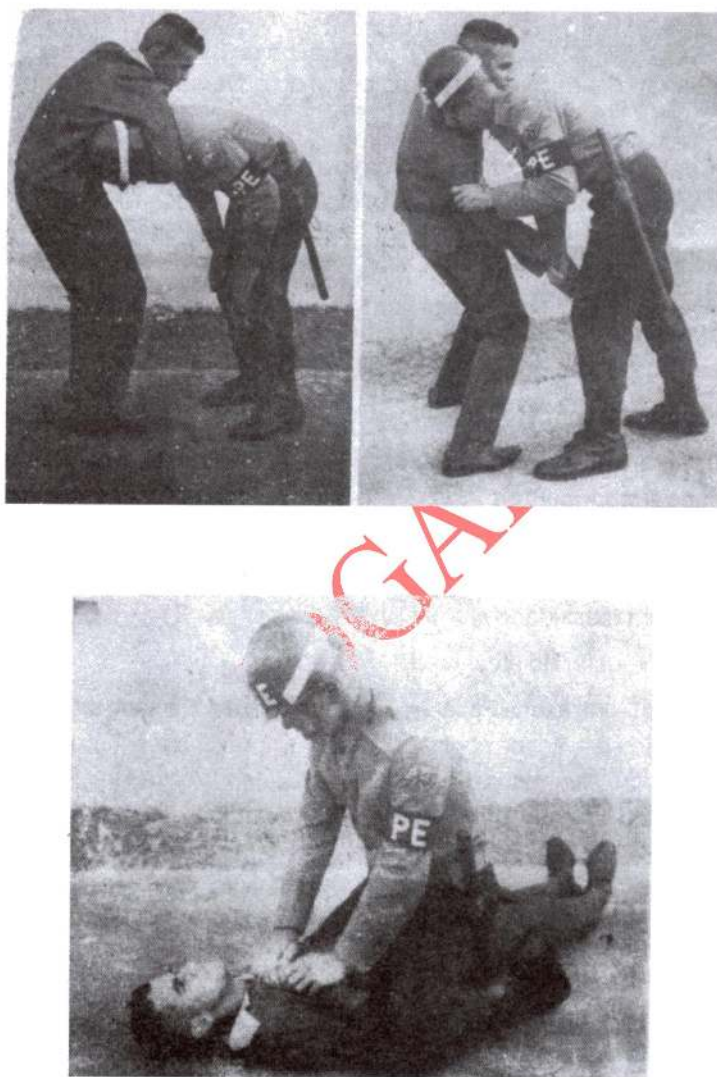


Figura 13. Gravata de Frente

(2) **Gravata de frente** — Se o adversário, utilizando sua mão direita, aplicar uma gravata de frente (1 fig 13), executar o seguinte:

(a) Agarrar o cotovêlo direito do adversário com a mão esquerda, e o punho direito com a mão direita.

(b) Pressionar o pulso do adversário, dobrando a mão para dentro, para obrigá-lo a afrouxar a pressão sobre o pescoço.

(c) Retirar a cabeça segura pelo braço do adversário, porém permanecer abaixado.

(d) Continuar pressionando e forçá-lo a recuar e a perder o equilíbrio; dar um passo à frente e a esquerda, movendo inicialmente o pé esquerdo (2, fig 13).

(e) Levantar bem alto a perna direita e golpear a parte traseira da perna direita do adversário.

(f) Mantendo a pressão sobre o cotovelo e o pulso do adversário, dobrar os joelhos e cair com ele comprimindo seu braço direito com o joelho direito (3, fig 13).

(g) Continuar com as medidas necessárias até terminar de dominá-lo.

c. Defesa Contra Armas de Fogo — A defesa pessoal sem arma, contra um adversário armado com arma de fogo é muito perigosa. Há necessidade de muita agilidade que é obtida por treinamentos constantes. Existem duas condições fundamentais que justificam uma tentativa de desarmar o adversário:

(1) Haver necessidade premente em desarmá-lo.

(2) A arma estar ao alcance do PE.

d. Defesa Contra uma Faca — Na defesa contra adversário armado com faca, o primeiro cuidado é evitar os contatos corporais aproximados. Estando ao ar livre, utilize paus, pedras, punhados de terra ou areia. Estando em recinto fechado, utilize quaisquer objetos ao seu alcance tais como, garrafas, cadeiras, mesas, etc. Um casaco ou cobertor enrolado ao redor dos braços proporciona ótima proteção contra ferimentos provocados por arma branca. Quando o adversário estiver muito próximo deve se girar e golpear fortemente qualquer dos seus joelhos, com um ponta pé.

114. QUEDAS DE PROTEÇÃO

As quedas de proteção são utilizadas, quando os golpes de condução (parágrafos 53 c (3) e 115) forem insuficientes para o controle eficaz do prisioneiro, O PE deve conhecer e compreender os seis princípios fundamentais de defesa pessoal sem armas, antes de aplicar as quedas. Graves lesões poderão ser provocadas ao se derrubar uma pessoa, portanto, nunca se deverá usar estes golpes, antes de se ter tentado outros recursos mais simples. Existem muitas maneiras de se derrubar uma pessoa, porém os dois processos fundamentais, dos quais se derivam muitos outros golpes com a mesma finalidade, são os seguintes:

a. **Queda de Quadris** — A queda é executada da seguinte maneira:

(1) Frente a frente com o adversário, agarrar o pulso direito deste com a mão esquerda. Mantendo o pulso agarrado com a mão esquerda, utilizar a direita para agarrar a roupa ou o cinturão do adversário, na parte mais estreita das costas.

(2) Colocar o pé direito na frente do pé direito do adversário e pela sua parte de dentro.

(3) Girar sobre a planta do pé direito, colocando os quadris por baixo da cintura do adversário e o pé esquerdo em frente e para a parte de dentro do pé esquerdo do mesmo. O pé direito do PE deverá estar, agora, para a parte de fora do pé direito do adversário (1, fig 14)



Figura 14 Queda de Quadris

(4) Abaixar-se curvando ligeiramente o joelho, puxar fortemente com o braço direito, pressionando fortemente o corpo do adversário contra o próprio corpo, rompendo seu equilíbrio.

(5) Endireitar suas pernas, curvando-se para adiante ligeiramente, desde a cintura; segurando o adversário com ambas as mãos, torcer o próprio corpo rapidamente para a esquerda (2, fig 14).

(6) Fazer o adversário cair o mais próximo possível a fim de aplicar as medidas complementares necessárias para dominá-lo (3, fig 14).

b. **Quedas de Ombro** — Esta queda é realizada da seguinte maneira:

(1) Estando o braço direito do adversário sobre o ombro direito do PE, agarrar seu pulso direito com a mão esquerda.

(2) Agarrar o braço direito do adversário acima do cotovelo, com a mão direita. O PE tem agora uma situação semelhante a de uma alavanca (1 fig 15).

(3) Abaixar-se curvando ligeiramente o joelho.

(4) Puxar forte e rapidamente o braço direito do adversário, fazendo com que suas axilas se sobreponham ao ombro do PE.

(5) Esticar as pernas e inclinar-se ligeiramente para a frente para fazer o adversário perder o equilíbrio.

(6) Puxar fortemente o braço dele e Jogar seus ombros para a direita (2, fig 15).

(7) Orientar a queda do adversário para a frente, fazendo-o cair o mais próximo possível para, em seguida, serem aplicadas as medidas complementares para dominá-lo.

115. GOLPES PARA CONDUÇÃO

Empregam-se golpes para condução, a fim de obrigar uma pessoa a movimentar-se mesmo contra sua vontade, de um local para outro. O propósito deverá ser o de controlar o movimento do indivíduo sem machucá-lo. Os golpes serão realizados com o emprego de “alavanca” ou da pressão sobre as partes sensíveis do corpo, provocando, dor ou sensação de incomodidade. Estes golpes deverão ser executados com a maior discricção possível. Antes de utilizar os golpes para condução, o PE deve determinar pela experiência quais os mais apropriados à sua capacidade e à situação do momento. Tendo em vista que a rapidez é essencial para a aplicação destes golpes com êxito, será necessário um treinamento continuado para se obter eficiência. Os golpes realizados para condução são os seguintes:



Figura 15. Queda de Ombro

a. **Guiar pelo Braço** — Este golpe é fundamental e simples, permitir guiar uma pessoa na direção desejada e ainda verificar a ocasião em que ela opõe qualquer resistência (fig 16). Segurar firmemente o braço direito de indivíduo acima do cotovelo, com a mão esquerda, ou segurar o braço esquerdo dele com a mão direita e indicar com uma pressão a direção a ser seguida. A direção pode ser confirmada por vozes de comando.



Figura 16. Guiar pelo braço

b. **Condução pelo Punho** — Para este golpe, o PE deve se aproximar do indivíduo pela frente e executar o seguinte:

(1) Dar um passo adiante com o pé direito e agarrar o braço esquerdo da pessoa com a mão esquerda.

(2) Com a mão direita, dobrar a mão esquerda do adversário, o polegar na palma, e os outros dedos agarrando as costas da mão (1 fig 17).

(3) Romper o equilíbrio do oponente, puxando-o para a frente. Girando para esquerda, prender seu braço esquerdo acima do cotovelo, por baixo do braço direito.

(4) Manter a mão do adversário presa com a mão esquerda, conservando-se a pressão exercida pelo braço e mão direita (2, fig 17).

(5) Soltar o braço do adversário que estava seguro, pela mão esquerda

(6) Reforçar a ação da mão direita, com a mão esquerda e torcer a mão do adversário para trás, aplicando uma pressão que tornará a posição incomoda e facilitará o controle sobre o mesmo (4 Fig 17).



1



2



3



4

Figura 17 Condução pelo punho

c. **Condução pelo Punho às Costas** — Aplica-se este golpe da seguinte maneira:

(1) De frente para o adversário, dar um passo adiante com o pé direito e agarrar a parte superior externa do seu braço esquerdo com a mão esquerda (1 fig 18).

(2) Em um só movimento puxar o braço esquerdo do adversário para frente e jogar o braço direito de forma que o antebraço golpeie o antebraço esquerda do adversário, em ângulo reto, empurrando-o para trás (2 fig 18).

(3) Girar imediatamente para a esquerda sobre as plantas dos pés. Soltar a mão esquerda, levar a mão direita para a parte de dentro do cotovelo esquerdo, do adversário, agarrando-a firmemente (3. fig 18)



3

Figura 18 Condução pelo punho as costas

4

(4) Esta ação levará o pulso do adversário para o interior da curva formada pela junção do braço com o antebraço. Nesta posição, pressionar o cotovelo do oponente para cima contra suas costas. Ele poderá estar inclinado para a frente devido a esta ação.

(5) Terminar a chave de condução colocando o adversário em posição de caminhar. Para fazê-lo pode haver necessidade de relaxar a pressão para cima que se esta executando sobre o cotovelo. Reiniciar a pressão logo que ele esteja na posição normal, em pé.

d. Chave de Condução dos Dedos — Esta chave é cansativa, porém útil para o transporte a pequenas distâncias. Deve ser executada da seguinte maneira:

(1) De frente para o adversário, agarrar com a mão esquerda seu pulso esquerdo. Dar um passo para a direita e para a frente com o pé direito (1, fig 19).

(2) Manter o dedo indicador da mão direita livre, e agarrar dois dedos mão esquerda do adversário com a mão direita. Poderá ser agarrado apenas um dedo.

(3) Colocar o dedo indicador da mão direita por entre os dedos da mão do adversário, efetuar pressão para baixo e para trás com a mão esquerda e para cima com mão direita.

(4) Girar para a esquerda, e em um amplo balanço erguer os braços até que atinjam a altura dos ombros. Manter permanentemente os braços esticados, para conservar o adversário a uma distância que ofereça segurança.

(5) Girar o pulso do adversário para seu rosto e forçá-lo para cima com a mão esquerda e para trás com a mão direita (2, Fig 19).

(6) Dirigir ao adversário as ordens necessárias.

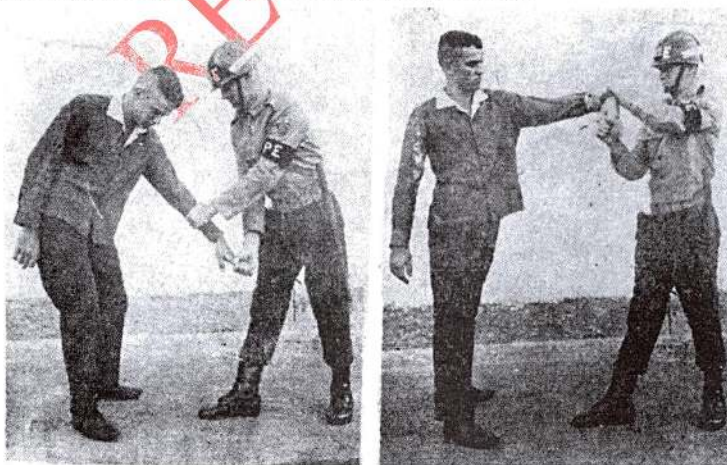


Figura 19. Chave de condução dos dedos

CAPÍTULO 7

COMUNICAÇÕES

116. NECESSIDADE DAS COMUNICAÇÕES

A dispersão normal do pessoal da Polícia do Exército e a frequência com que ocorrem os incidentes que requerem ação ou aviso imediato tornam essencial, para o cumprimento eficaz de sua missão, a organização de um sistema de comunicações eficiente e seguro.

117. MEIOS DE COMUNICAÇÕES

Dependendo do escalão, as Unidades de Polícia do Exército dispõem, geralmente, de meios de comunicações com fio (telefone, telégrafo e teletipo), de rádio e de mensageiros. Quando for necessário, os serviços públicos e privados de comunicações, e os da polícia civil poderão complementar os meios de comunicações da PE. Entre os serviços privados destaca-se o dos radioamadores. Pormenores sobre as comunicações na Polícia do Exército poderão ser encontrados no C 19-10.

118. SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES

A segurança das comunicações é a salvaguarda das mensagens e do equipamento de comunicações contra a ação Inimiga e o exame por pessoas não autorizadas. A necessidade da adoção de medidas de estrita segurança pode, por vezes, parecer desnecessária durante o tempo de paz, mas o hábito e a sua prática continuada favorecerão a sua execução em tempo de guerra. Portanto, os procedimentos durante o tempo de paz devem seguir os mais altos padrões da segurança, tão necessária durante o combate.

a. Proteção do Equipamento e de Documentos — O equipamento de Comunicações, as mensagens e outros documentos devem estar protegidos contra a captura, a perda e o exame por pessoas não autorizadas ou pelo Inimigo. As normas para o manuseio do material sigiloso estão especificadas nos regulamentos apropriados. Os radioperadores, durante o combate, deverão estar sempre atentos para garantirem a salvaguarda do equipamento e do material de comunicações contra a sua captura pelo inimigo. A perda, ou uma situação comprometida do material de comunicações será participada imediatamente. Ordens para destruição deste equipamento serão executadas pronta e completamente.

b. Segurança das Transmissões — A segurança das transmissões consiste na proteção contra interceptação de mensagens transmitidas pela rádio ou telefone. Nas conversações por rádio ou telefone deve-se evitar a revelação de

Informes pela menção descuidada da localização de Unidades e pessoas. As designações das Unidades não serão mencionadas em texto claro, seja no cabeçalho, no corpo ou no fecho de uma mensagem rádio telefônica, a menos que especificamente autorizado. A redação de mensagens a serem transmitidas em fonia deverá ser cuidadosamente planejada antes da transmissão.

(1) **Segurança do rádio** — Em operações de combate, mensagens transmitidas pelo rádio constituem uma possível fonte de informações para o inimigo. Em operações de combate cada transmissão rádio, qualquer que seja a sua natureza, poderá fornecer informes para o inimigo. Os rádiooperadores devem possuir uma compreensão bem clara da segurança geral das comunicações e da segurança das rádiocomunicações. A segurança da transmissão pelo rádio Inclue:

- (a) Cumprimento estrito das instruções de silêncio rádio.
- (b) Uso da potência mínima para a transmissão.
- (c) Fiel observância das normas de autenticação.
- (d) Eliminação de transmissões desnecessárias e não autorizadas.
- (e) Cumprimento das regras de exploração de rádio locais.

(2) **Segurança telefônica** — O telefone não constitui um meio seguro para transmissão de informações sigilosas. O inimigo poderá interceptar as mensagens telefônicas pela realização de ligações clandestinas nas nossas linhas. As mensagens telefônicas deverão limitar o conteúdo a ser transmitido tão somente aquilo que foi autorizado pelo Comandante.

119. INDICATIVOS RÁDIO

Indicativos são grupos de letras, de números, ou de combinação de letras e numeras que identificam um posto rádio, os rádio operadores ao fazerem uso dos indicativos estarão observando as normas estabelecidas pelas regras de exploração de rádio locais.

120. TRANSMISSÕES VIA RÁDIO

A fim de encurtar as transmissões e impossibilitar a obtenção de informes por ouvintes não autorizados, um grupo de sinais padronizado é usado na transmissão de mensagens de rotina pela radiofonia. Tais sinais constatem em uma série de números, cada número correspondendo a uma mensagem. Os sinais padronizados para transmissão via rádio serão regulados sai documentos especiais.

121. ALFABETO FONÉTICO

a. O alcance e a qualidade das comunicações via rádio são influenciadas em grau variável pela frequência usada, pelas condições atmosféricas, natureza do terreno e dos obstáculos pela hora do dia, pela estação do ano e por perturbações magnéticas. Devido às condições desfavoráveis pode tornar-se necessário que o operador solete cada palavra de uma mensagem, usando o alfabeto fonético enunciado abaixo.

Letra	Palavra	Pronúncia
A	Afir	a fir
B	Bala	bá la
C	Cruz	crúz
D	Dedo	dê do
E	Elmo	él mo
F	Face	fa ce
G	Gato	ga to
H	Hora	ó ra
I	Inte	ín te
J	Jóia	jó ia
K	Kilo	Ki lo
L	Luar	lu ár
M	Maré	ma ré
N	Nega	né ga
O	Onda	on da
P	Prep	pré p
Q	Quer	Kér
R	Rata	rá ta
S	Solo	só lo
T	Tupi	tu pi

- 121 -

Letra	Palavra	Pronúncia
U	Urso	úr so
V	Viga	viga
W	Vêve	vêvê
X	Xará	xa rá
Y	Iole	i-ó le
Z	Zaga	Zá ga

REVOGADO

ÍNDICE ALFABÉTICO

A

	Par	Pág
Abordagem		
— de um edifício	49e	33
— de um grupo	49d	32
— de um indivíduo	49c	32
— de um veículo	49f	34
Acessórios brancos do uniforme da Polícia do Exército	11g	8
Ações de emergência	104	62
Advertências visuais	32c	21
Aglomeração	100d	60
Alfabeto fonético	121	95
Anotar as informações	67d	49
Apito	11f	8
Apresentação pessoal	9	7
Aproximação		
— Atitude de suspeito	49a(1)	31
— estudo da situação	49a	31
— plano de ação	49b	31
Área, autoridade	25	17
Armamento	11c	8
Assistência e investigações	67	48
Atitude:		
— de PE perante militares	8e	5
— de PE perante o transgressor	8f	5
— de suspeito	49a(1)	31
Atividades de prevenção ao crime	43	27

	Par	Pág
Autoridade:		
— em área de operações	25b	17
— em território de nações amigas	25c	17
— fundamento	24	16
— limitações	30	19
— para investigar e apreender	27	18
— para prender	26	17
— sobre pessoas e área	25	16
	B	
Braçal	11a	8
Buscas	30b	20
	C	
Caderno de anotações	11b	8
Calamidade pública	102,100b	51,60
Campos para prisioneiros de guerra	13d(3)	10
Caricaturas	48b(3)	30
Casselete	11d	8
Categorias de extraviados	82	53
chave de condução dos dedos	115d	92
Chefe de Polícia das Grandes Unidades	4	2
Cinto de couro	11e	8
Circulação de pessoas	88	53
Civis internados	92	57
Comandante da Unidade da Polícia do Exército	5	3
Comando a voz	51	34
Combate:		
— à prostituição	44a	28
— ao jogo	44c	29
— ao mercado negro	44d	29
— ao uso de narcóticos	44b	28
— ao vício	44	28

	Par	Pág
Comportamento de testemunhas	75	51
Conceituacão dos atos legislativos	20	14
Condução pelo punho	115b	89
Condução pelo punho à costas	115c	91
Contrabando	29c	19
Controle da circulação de pessoas	88	56
Controle de anos	103	62
Controle de danos	103	62
Correções imediatas	32b	21
Custódia:		
— máxima	105e(3)	66
— média	105c(2)	66
— mínima	105c(1)	66
— protetora	34c	23
D		
Decência de linguagem	8i	6
Defesa contra armas de fogo	113c	86
Defesa contra estrangulamento	113a	82
Defesa contra golpes de luta livre	113b	83
Defesa contra uma faca	113d	86
Defesa em cunha	113a(2)	83
Descrições pessoais	48b(2)	30
Deslocados	93a(1)	57
Detenção de extraviados	85	54
Detenção de mulheres	58	44
Detenção para interrogatório	52	35
Detendo temporária	57	44
Detidos disciplinares	105b(1)	65
Diligências à noite	27c	18
Diligências de dia	27b	18
Direitos de pessoas interrogadas sob custódia	59	45

	Par	Pág
E		
Edifício abordagem de	49e	33
Emprego de armas de fogo	53d	38
Equipamentos	11	7
Estrangulamento	53c(3) (a)	36
Execução de presos militares	109	80
Exemplo do PE	32a	21
F		
Finalidade da Polícia do Exército	2a	1
Fontes de informações	62	46
G		
Golpes de condução	115	88
Governo Militar	19d	13
Gravata de frente	113b(2)	85
Gravata lateral	113b(1)	83
Guarda ao local do crime	67a	48
Guarda de presos militares	106	66
Guiar pelo braço	115a	89
H		
Histórico da Polícia do Exército	3	2
I		
Identificação de suspeitos	48	30
Impressões digitais	48b(4)	31
Indicativos rádio	119	75
informações, fontes de	62	36
Infrações de menor importância	47a	29
Infrações graves e crimes	47b	30
Instalações operacionais	13	9

	Par	Pág
Instalações para presos de Guerra:		
— campos	13d(3)	10
— centro de treinamento e reabilitação	13e(3)	11
— pontos de coleta	13d(1)	10
— presídio	13e(2)	11
— prisão de campanha	13e(1)	10
— prisões	13d(2)	10
Instalação para presos militares	13e	10
Internados civis	92	57
Interrogatório:		
— detenção para	52	35
— preliminar	50	34
Interrogatório de pessoas	70	50
Investigações de ocorrências, generalidades	68	49
J		
Jurisdição Militar, âmbito	19	13
Jurisdição Militar, conceituação	18	13
Jurisdições concomitantes	23	16
Justiça Civil	22	15
L		
Limitações da autoridade	30	19
Local de ocorrências:		
— aproximação	49	31
— guarda do local	67a	48
M		
Medidas de defesa	113	82
Meios de comunicações	117	93
Menagem	60	45
Mercado negro	44d	29

	Par	Pág
Mulheres:		
— prisão	58a,108c	44,80
— revista, escolta e detenção	58b	44
— transporte	108a	80
— tratamento	108b	80
N		
Necessidade das comunicações,	116	93
Normas em serviço	8a(1)	4
Normas fora do serviço	8a(2)	5
Normas pessoais	8	4
O		
Obediência as leis, execução	32	21
Obrigações pessoais do PE	8g	6
Ocorrências, aproximado	49	31
O PE	6	3
Ordene iniciais	51a	34
Ordens por voz	51	34
Ordens subseqüentes	51b	34
Organizações judiciária militar	21	14
Organizações federais civis	16	11
Organizações para extraviados	83	41
Órgãos da Justiça Militar	21b	12
Outras organizações de Polícia das Forças Armadas	15	11
Outros equipamentos	11h	8
P		
Patrulhas:		
— aéreas	39c	26
— a pé	37	24
— com a polícia civil	40a	26
— com pessoal de Força Auxiliares	40	26
— com pessoal de outras Forças Armadas	40b	21

	Par	Pág
— com pessoal de outras nações	40c	27
— de segurança	96	58
— em terminais de passageiros	39a	25
— em trens	39a	25
— especiais	39	25
— motorizadas	38	25
Patrulhas de Polícia do Exército	36	23
Pessoas sob custódia	56	43
Pontos de coleta	13d(1)	10
Posto Central de Polícia do Exército	13a	9
Posto de Controle de Trânsito	13b	10
Postos de extraviados	13c	10
Postos Fixos	41	27
Presídio	13e(2)	11
Presos disciplinares	106b(1)	65
Presos militares	106a	65
Primeiros socorros	34b,67b	22,49
Princípios fundamentais de defesa pessoal sem arma	112	81
Prisão:		
— definição	61	46
— de mulheres	58a	44
— de pessoas armadas	51c	37
— do intrator	67c	49
— generalidades	46	29
— interrogatório preliminar	50	34
— ordens por voz	51	34
— quando prender	47	29
— uso da força	53	35
— uso de algemas	54	38

	Par	Pág
Processamento de extraviados	87	55
Processos auxiliares de identificação	48b	30
Proteção de pessoas	97	58
Proteção de propriedades do governo	98	59
Proteção de propriedade particular	99	59
Provas	69	50

Q

Qualidades mentais e morais	8k	6
Quando prender	47	29
Quedas de proteção	114	86
Quedas de quadris	114a	87
Quedas de ombro	114b	88

R

Refugiados	93	57
Registros e informes	57c	44
Relações públicas	33	22
Relatar as informações	67e	49
Relatórios	57c, 48b(1)	44-30
Relatórios:		
— finalidade	64	47
— preparação	65	48
Relatório de observações sobre ocorrências	45	29
Relatório de ocorrências	48b(1)	30
Revista:		
— completa	55d	43
— de mais de um suspeito	55c	43
— de parede	55b	41
— normal	55a	40
Reunião de extraviados	86	55

	Par	Pág
S		
Segurança das comunicações	118	93
Segurança física:		
— definição	94	57
— execução	95	57
— patrulhas de segurança	96	58
— proteção de pessoas	97	58
Serviço da Polícia do Exército	34	22
T		
Técnica de detenção de extraviados	85	54
Tentativas de fuga	106e	67
Transmissão via rádio	120	94
Transporte de presos militares:		
— a pé	107a	68
— em ambulância	107b(3)	70
— em caminhões	107b(2)	70
— em furgões	107b(4)	70
— em ônibus	107b(5)	71
— em trens	107c	72
— em viaturas motorizadas	107b	68
— em viaturas turismo	107b(1)	68
— por via aérea	107d	74
— por via marítima	107e	77
Treinamento para defesa pessoal	111	81
Turba	100e	60
U		
Unidades de Polícia	12	9
Uniforme	10	7
Uso da força	53	35
Uso da algemas	54	38
Uso do caderno de anotações	63	46
Uso de cassete	53c	36
Uso do cassete na condução de presos	53c(3) (b)	37

REVOGADO

DISTRIBUIÇÃO: (De acordo com o artigo 56 do R-150/59)

a) Órgãos Auxiliares, de Direção e Territoriais:

Gabinete do Ministro da Guerra	(2)
EME	(2)
DIE	(10)
RM	(3)
EGGCF	(1)
Arquivo Ex	(1)
Bib Ex	(1)
Campo de Provas Marambaia	(1)

b) Grandes Unidades e Tropa:

Ex	(5)
Div 2, 7, 17, 57	(5)
Cmbo Militar, ID, Bda	(5)
Rgt 2, 7, 17, 19, 57	(5)
Btl 7, 17, 19, 57	(3)
Cia e Esqd 2, 3, 7, 9, 17, 19, 57	(1)
Btl de Polícia do Exército	(10)
Cias de Polícia do Exército	(5)

c) Estabelecimentos Militares de Ensino

AMAN	(10)
EsSA	(5)
CPOR, NPOR, CM e Escolas Preparatórias	(5)

REVOGADO



EGGCF

Desde 1949

Missão de Grandeza: SERVIR!

